

UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA

Edital 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	158658-UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA	ALAN SILVA DE MORAIS	04/02/2026 14:25 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23422.002667/2025-48

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90038/2025

CONTRATANTE (UASG)

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (158658)

OBJETO

Aquisição de equipamentos ativos de rede para atender as demandas da UNILA

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.254.816,53 (dois milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e dezesseis reais e cinquenta e três centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **23/02/2026** às **09h** (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço por item

Modo de disputa:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

Torna-se público que o a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, por meio do Departamento de Licitações - DELIC, sediado na Avenida Tarquínio Joslin dos Santos, 1000 - Polo Universitário, CEP: 85.870-650, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de equipamentos ativos de rede para atender as demandas da UNILA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens 3, 5 e 7 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021[A4] , para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.[A5]

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.5 e 3.8.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.5 e 3.9.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrito como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (**noventa**) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação

dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.19.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/Agente de Contratação/Comissão.

7.19.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015[A6]).

7.20.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.20.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.21. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

7.21.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

7.21.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

7.21.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

7.21.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

7.21.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 7.22.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

7.21.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 7.22.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 7.22.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 7.22.1.3 caso esse direito não seja exercido.

7.21.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.[A8]

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.23.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.23.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.23.2.2. empresas brasileiras;

7.23.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta ao CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/ Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Erros no preenchimento não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4.. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento), [A1] para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio dos sítios oficiais na web, desde que passíveis de conferência/autenticação.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas:[A3]

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1., Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **5 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.9. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.[A2]

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://documentos.unila.edu.br/licitacoes>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.2. impedimento de licitar e contratar e

14.2.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias úteis, a contar da comunicação oficial. [A2]

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8, 14.1.9 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte endereço: **licitacao@unila.edu.br**

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://documentos.unila.edu.br/licitacoes>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.1.2. Termo de Ciência;

16.11.1.3. Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo;

16.11.2. Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;

16.11.3. Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.4. Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.5. Anexo V – Instrução Normativa nº 01/2024 PROAGI/UNILA.

Datado e assinado digitalmente.

EDILAINE LOVATTO DONATO

Pró-Reitora de Administração, Gestão e Infraestrutura

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALAN SILVA DE MORAIS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 04/02/2026 às 14:25:48.

CRISTIAN FABIO TYMUS

Pregoeiro

UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA

Termo de Referência 257/2025

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

Editado por

NEILA EVANGELISTA

Atualizado em

14/01/2026 15:18 (v 0.14)

257/2025

158658-UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA

Status

CONCLUIDO

Outras informações

Categoria

VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC

Número da Contratação

23422.005050/2021-62

Processo Administrativo

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição via SRP, de equipamentos ativos de rede para atender as demandas da UNILA, conforme especificações detalhadas constantes neste Termo de Referência, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

	Item	Especificação	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
GRUPO ÚNICO	1	Switch Tipo I	618766	Unidade	2	R\$ 302.432,50	R\$ 604.865,00
	2	Switch Tipo II	624341	Unidade	5	R\$ 192.100,50	R\$ 960.502,50
	3	Fonte de alimentação 715W para switch Tipo II	628172	Unidade	5	R\$ 7.000,00	R\$ 35.000,00
	4	Switch Tipo III	609690	Unidade	20	R\$ 19.000,00	R\$ 380.000,00
	5	Módulo transceiver 1000BASE-SX	618350	Unidade	20	R\$ 2.875,00	R\$ 57.500,00
	6	Módulo transceiver 10GBASE-SR	462427	Unidade	20	R\$ 3.897,50	R\$ 77.950,00
	7	Módulo transceiver 10GBASE-LR	462023	Unidade	4	R\$ 11.370,05	R\$ 45.480,20

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar e os objetos desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade, bem como características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado. Estes bens podem ser objetivamente definidos pelo edital, com especificações e características descritas no termo de referência.

1.3 Declara-se expressamente que o objeto da presente contratação é enquadrado como uma Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), nos termos do art. 2º, inciso XXIX, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, visto que o conjunto de bens e serviços descritos no Termo de Referência se integra para o alcance dos resultados de negócio pretendidos pelo órgão.

1.4 A Administração declara que o objeto do pretendido contrato constitui uma única solução de TIC, não se enquadrando na vedação do art. 8º, inciso I, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022. A contratação não abarca soluções distintas ou independentes, tratando-se de um conjunto unitário e indissociável de elementos necessários para o atendimento da necessidade pública específica

Classificação do objeto como bem de luxo

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Catálogo de Soluções de TIC

1.6 Os itens não constam no catálogo de soluções de TIC com condições padronizadas, logo não se aplica na tabela acima o Cód. PMC-TIC, como justificado no item 9 do ETP

Prazo de vigência

1.7. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados da(a) **data da assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.8 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada, por igual período, conforme dispõe o art. 84, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

1.9 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Pesquisa de Preços

1.10. Realizamos uma pesquisa por switches utilizando a ferramenta de Pesquisa de Preços do Compras.gov.br, estando os resultados descritos sinteticamente a seguir.

1.11. Os switches Tipo 1 e Tipo 2 (Itens 1 e 2) são equipamentos de alto desempenho, com especificações complexas que dificultam a comparação inequívoca entre produtos diferentes. Entretanto, para o Switch Tipo 2 (Item 2) foi possível encontrar uma contratação compatível, de equipamento da mesma série e do mesmo fabricante orçado pelos fornecedores, cujo valor foi adicionado à pesquisa de preços.

1.12. Também foi possível encontrar equipamentos compatíveis com os orçados pelos fornecedores para o Item 6 - Transceiver SFP+ 10GBASE-SR, cujos preços foram adicionados à tabela de pesquisa de preços.

1.13. Para os demais itens (3, 4, 5 e 7) não foi possível encontrar equipamentos plenamente compatíveis com os orçados pelos fornecedores.

1.14. A fim de verificar os preços apresentados pelos fornecedores, comparando-os com preços de contratações similares de governo, foi elaborada a tabela a seguir, na qual constam preços obtidos por meio do sistema de pesquisa de preços do portal Compras.gov.br. Os itens selecionados para compor os preços correspondem a equipamentos e dispositivos cujas especificações técnicas são semelhantes às especificações desta contratação, porém de fabricantes diferentes. Adicionalmente, fornecedores de equipamentos para redes de pequeno porte e domésticas, e processos com preços excessivamente altos foram também excluídos da seleção.

PLANILHA DE PREÇOS – SISTEMA DE PESQUISA DE PREÇOS DO PORTAL Compras.gov.br

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	PESQUISA DE PREÇOS	QTDE	PREÇO DA PESQUISA	PREÇO TOTAL ESTIMADO	MÉTODO UTILIZADO
1	481771	Switch Tipo I : 48p 1/10/25G, 6p 40/100G	Unidade	173/2025	2	R\$ 280.850,00	R\$ 561.700,00	Mediana
2	624341	Switch Tipo II : 24p 1/10/25G SFP28	Unidade	172/2025	5	R\$ 174.201,00	R\$ 871.005,00	-
3	628172	Fonte de Alimentação 715W AC 80+ Platinum Config 1 Power Supply Spare - para Switch Tipo II	Unidade	174/2025	5	R\$ 4.014,57	R\$ 20.072,85	-
4	618780, 609690, 618779	Switch Tipo III : 48p GE PoE, 4p GE SFP.	Unidade	118/2025	20	R\$ 23.866,47	R\$ 477.329,33	-
5	295671, 618349	Módulo Transceiver 1000BASE-SX SFP : transceiver module, MMF, 850nm	Unidade	175/2025	20	R\$ 2.435,40	R\$ 48.707,90	-
6	462427, 609337	Módulo Transceiver 10GBASE-SR : SFP Module	Unidade	1/2026	20	R\$ 1.834,45	R\$ 36.688,90	-
7	462023, 609338, 618352, 618355, 625379	Módulo Transceiver 10GBASE-LR : SFP Module	Unidade	3/2026	4	R\$ 3.128,02	R\$ 12.512,06	-
Total Geral							R\$ 2.028.016,05	

Obs.: Preços obtidos pela ferramenta de pesquisa de preços do portal Compras.gov.br. Para o Item 3 não foram encontrados itens compatíveis. A busca por materiais contendo “fonte” e “alimentação” na descrição retornou diversos grupos e itens, porém nenhum deles foi compatível com o item procurado. No entanto, para fins de comparação, foram selecionados preços que correspondem a equipamentos de função e capacidade semelhantes.

Para o Item 4 (switch tipo 3) foram selecionados três códigos de material. Neste caso, foram considerados os valores das medianas obtidos para cada código em razão do coeficiente de variação ser superior a 25%, e o preço final foi obtido a partir da média dos três valores. Do mesmo modo, para os Itens 5 (transceiver 1000BASE-SX), 6 (transceiver 10GBase-SR) e 7 (transceiver 10GBase-LR) foram selecionados dois ou mais códigos de material, e o preço final foi obtido a partir da média dos valores relativos a cada código.

Somente para os Itens 2 e 5 (destacados em azul) foram obtidos preços de equipamentos/dispositivos da marca Cisco. Para os demais itens, foram considerados equipamentos cujas especificações técnicas são compatíveis, porém de outros fabricantes.

Servidor responsável pela pesquisa: Weber Shoity Resende Takaki.

1.15. A tabela a seguir compara os preços obtidos exclusivamente na pesquisa junto aos fornecedores, e os preços da tabela anterior obtidos no portal Compras.gov.br. Nela é possível observar que o valor total estimado da contratação de ambas as pesquisas é semelhante, demonstrando que os preços obtidos são compatíveis com os praticados em contratações de governo.

PLANILHA DE PESQUISA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QTDE	FONTE DA PESQUISA: Fornecedores		FONTE DA PESQUISA: Compras.gov.br		Variação do preço dos fornecedores em relação à pesquisa Compras.gov.br
				PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL ESTIMADO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL ESTIMADO	
1	Switch Tipo I : 48p 1/10/25G, 6p 40/100G	Unidade	2	R\$ 302.432,50	R\$ 604.865,00	R\$ 280.850,00	R\$ 561.700,00	7,14%
2	Switch Tipo II : 24p 1/10/25G SFP28	Unidade	5	R\$ 210.000,00	R\$ 1.050.000,00	R\$ 174.201,00	R\$ 871.005,00	17,05%
3	Fonte de Alimentação 715W AC 80+ Platinum Config 1 Power Supply Spare - para Switch Tipo II	Unidade	5	R\$ 7.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 4.014,57	R\$ 20.072,85	42,65%
4	Switch Tipo III : 48p GE PoE, 4p GE SFP.	Unidade	20	R\$ 19.000,00	R\$ 380.000,00	R\$ 23.866,47	R\$ 477.329,40	-25,61%
5	Módulo Transceiver 1000BASE-SX SFP : transceiver module, MMF, 850nm	Unidade	20	R\$ 2.875,00	R\$ 57.500,00	R\$ 2.435,40	R\$ 48.708,00	15,29%
6	Módulo Transceiver 10GBASE-SR : SFP Module	Unidade	20	R\$ 4.098,57	R\$ 81.971,33	R\$ 1.834,45	R\$ 36.689,00	55,24%
7	Módulo Transceiver 10GBASE-LR : SFP Module	Unidade	4	R\$ 11.370,05	R\$ 45.480,20	R\$ 3.128,02	R\$ 12.512,08	72,49%
Total Geral:				R\$ 2.254.816,53		R\$ 2.028.016,33		10,06%

Obs.: Esta tabela tem por objetivo comparar os preços obtidos na pesquisa junto a fornecedores com preços de contratações similares de governo. Observe-se que o preço médio total, obtido junto aos fornecedores, foi apenas 10,06% superior aos preços obtidos pelo sistema de pesquisa de preços do portal Compras.gov.br, demonstrando estar coerente com preços praticados em contratações de governo.

Ressalta-se, ainda, que embora o inciso II do Art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021 estabeleça a possibilidade de ajustar os valores da pesquisa no portal Compras.gov.br, “observado o índice de atualização de preços correspondente”, tal ajuste não foi aplicado.

Os preços obtidos da pesquisa no portal Compras.gov.br consideraram equipamentos com especificações técnicas semelhantes e compatíveis com os itens especificados para a aquisição pretendida, pois apenas para os itens 2 e 6 a pesquisa retornou equipamentos do fabricante desejado. Nos demais casos as compras selecionadas referem-se a equipamentos de diferentes fabricantes.

Para o Item 3 em particular, não foram encontrados itens compatíveis. A busca por materiais contendo “fonte” e “alimentação” na descrição retornou diversos grupos e itens, porém nenhum deles foi compatível com o item procurado. Os preços selecionado para este item correspondem a equipamentos de capacidade semelhante.

Servidor responsável pela pesquisa: Weber Shoity Resende Takaki.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de modernização, padronização e ampliação da infraestrutura de rede da UNILA, assegurando maior disponibilidade, desempenho e segurança dos serviços institucionais.

2.2. No presente momento, o conjunto de switches que compõe a infraestrutura de rede de dados institucional é formado por um número significativo de equipamentos com prazo de garantia expirado ou prestes a expirar. Embora ainda operacionais, tais dispositivos não contam mais com suporte do fabricante para correções, atualizações ou reparos, o que representa risco direto à continuidade, estabilidade e segurança dos serviços de rede. Tal situação impacta negativamente as atividades acadêmicas e administrativas da universidade, além de dificultar a adoção de novas tecnologias e padrões de conectividade.

2.3 Ademais, alguns equipamentos já apresentam falhas e operam com capacidade reduzida, necessitando substituição imediata. Soma-se a esse cenário os projetos institucionais de expansão da infraestrutura física (como o Bloco de Aulas 3, o edifício NZEB e a Moradia Intercultural, todos no Campus Integração) que demandarão novos switches e outros dispositivos de rede para viabilizar a ativação da conectividade quando da ocupação dos espaços.

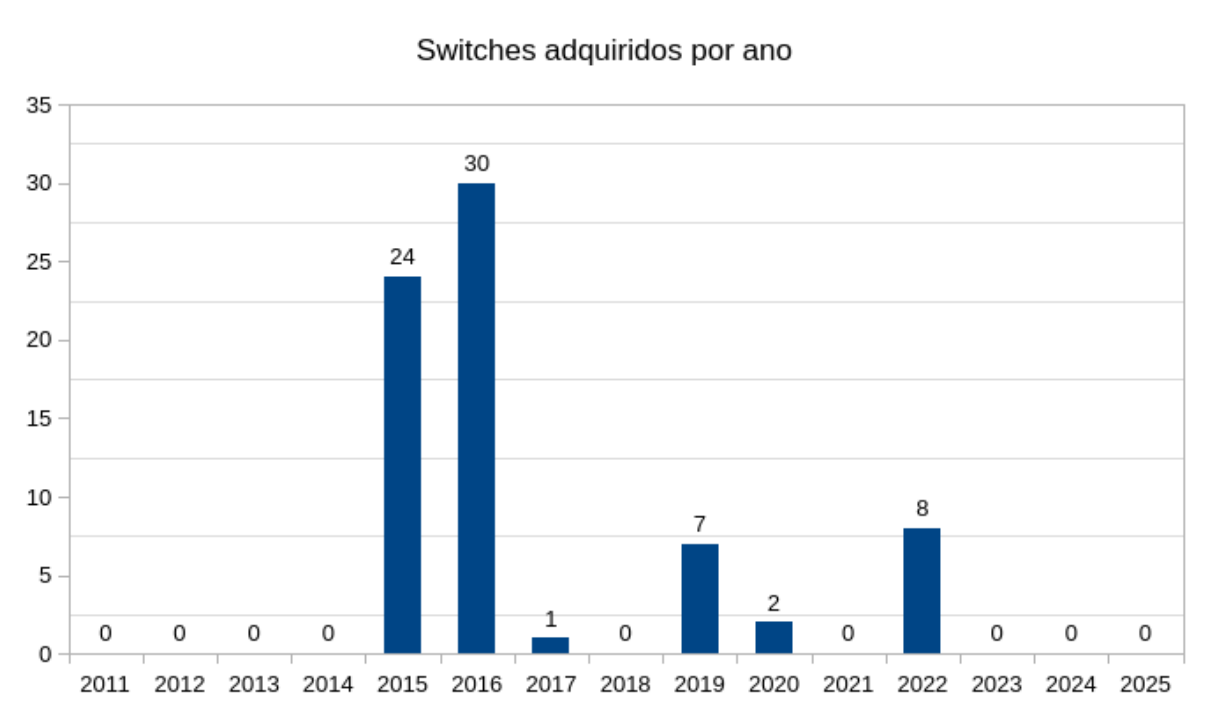
2.4 A infraestrutura de redes, na conjuntura atual, constitui ferramenta indispensável para o desempenho das atividades e processos institucionais. Nesse sentido, o acesso a ela deve ser amplo e disponível a toda a comunidade acadêmica da UNILA. Com a construção de novos espaços, torna-se necessária a expansão dessa infraestrutura, de modo a atender a crescente demanda. Paralelamente, surge a exigência de ampliar a capacidade do núcleo da rede, assegurando a manutenção da *performance* e a qualidade no acesso aos serviços.

2.5 Os objetos que compõem esta contratação são: switches *core* (Tipo I), switches de distribuição (Tipo II), switches de acesso (Tipo III) e transceivers e fonte de alimentação para switch. Cada um desses itens desempenha papel fundamental na arquitetura de rede:

1. os switches de distribuição garantem a interconexão eficiente entre os diferentes blocos e segmentos da rede;
2. os switches de acesso viabilizam a conectividade direta aos usuários finais e equipamentos terminais;
3. os switches *core* atendem às necessidades específicas de interligação em ambientes de racks de datacenters e servidores, e por serem equipamentos centrais as exigências quanto a desempenho, disponibilidade, segurança e gerenciamento, entre outras, são altas;
4. Os transceivers asseguram a transmissão óptica de dados em alta velocidade, promovendo escalabilidade e confiabilidade;
5. Fonte de Alimentação: desempenha um papel essencial na infraestrutura de rede, garantindo que o próprio switch e demais equipamentos ligados a ele recebam energia elétrica estável, confiável e adequada para seu funcionamento contínuo.

2.6 O quantitativo dos equipamentos foi definido a partir de levantamento técnico realizado pela área de TIC, que considerou:

- a infraestrutura instalada e pontos de rede existentes;
- crescimento projetado da demanda institucional;
- os requisitos de desempenho, redundância e escalabilidade;
- a necessidade de substituição de unidades críticas em fim de vida útil.



O gráfico acima mostra o histórico de aquisições ao longo do tempo. De um total de 72 switches, apenas as oito unidades adquiridas em 2022 estão cobertas por garantia até outubro de 2027. Das seis unidades que não estão ativas, uma não possui condições de uso e foi encaminhada para desfazimento. As outras cinco unidades servem de “backup” para os equipamentos ativos, e também para suprir necessidades momentâneas ou emergenciais.

Quadro resumo dos switches adquiridos

	Totais	Cobertos por garantia
Switches:	72	8 (11,11%)
• Ativos (em uso)	66	6 (9,09%)
• Em depósito	5	2 (40%)
• Desfazimento	1	0 (0%)
Agrupados por tipo:	-	-
• Core	2 (2,78%)	0 (0%)
• Distribuição	2 (2,78%)	2 (100%)
• Acesso	68 (94,44%)	6 (8,82%)

Observa-se, portanto, que a rede da Unila opera com aproximadamente 90% de equipamentos sem suporte e garantia, inclusive as duas unidades centrais da rede (switches core). Além disso, está previsto para 2026 e 2027 o início da operação de mais dois edifícios no Campus Integração: NZEB e Moradia Intercultural, representando uma demanda adicional por switches de acesso. Quanto aos switches de distribuição, apesar de possuírem garantia ativa até 2027, nas três maiores unidades da Unila (Campus Integração, Jardim Universitário e Itaipu Parquetec) a função destes switches está sendo parcialmente suprida por switches de acesso, evidenciando a necessidade de novas aquisições.

2.7 Assim, a presente contratação é imprescindível para assegurar a continuidade, estabilidade e evolução da rede institucional, refletindo diretamente na qualidade e eficiência dos serviços acadêmicos e administrativos prestados à comunidade universitária.

2.8 Da possibilidade de adesão tardia à Ata de Registro de Preços

2.8.1 A adoção de Registro de Preços próprio permitirá atender tanto às demandas imediatas quanto àquelas decorrentes de expansão planejada, garantindo flexibilidade de aquisição, além de economia processual, ganhos de escala e eficiência na gestão de recursos públicos.

2.8.2 Será permitida a adesão tardia à Ata de Registro de Preços, como forma de suprir a demanda crescente dos órgãos e entidades da Administração Pública, garantindo economia processual, eficiência e efetividade nas aquisições.

2.8.3 Ademais, a possibilidade de adesão por órgãos não participantes (carona) durante a vigência da Ata contribui para aumentar o volume contratado e ampliar a competitividade de preços, assegurando melhores condições para a Administração.

2.8.4 Dessa forma, esta contratação permite a adesão tardia de órgãos ou entidades não participantes, nos termos do art. 86, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, desde que sejam atendidos todos os requisitos previstos no referido dispositivo legal.

2.9. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: [11806275000133-0-000001/2025.];

II) Data de publicação no PNCP: [09/07/2024];

III) Id do item no PCA: [206];

IV) Classe/Grupo: [7050 - EQUIPAMENTOS DE REDE DE TIC - LOCAL E REMOTA];

V) Identificador da Futura Contratação: [32/2025];

2.10. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital <2024-2027> e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) <2025-2026> do <Universidade Federal da Integração Latino-Americana>, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
O.E 11	Consolidar a infraestrutura da UNILA por meio de uma política integrada de uso dos espaços, priorizando ensino, pesquisa, extensão, convivência, diversidade e inclusão, com foco em sustentabilidade ambiental e orçamentária. (PDI-2025-2029)
6.4.3	9. Infraestrutura Tecnológica Sustentável: Melhorar a conectividade da rede, aumentar a capacidade de armazenamento e garantir a estabilidade dos sistemas, investindo em infraestrutura tecnológica moderna e sustentável PETIC 2025 - 2029)
6	6.4. Estabelecer iniciativas para prover e qualificar o acesso a infraestruturas de rede, especialmente as de grande tráfego, para maior eficiência de trabalho em prédios e equipamentos públicos, considerando inclusive parcerias e programas nacionais voltados para essa finalidade.(ENGD 2024-2027 DC Nº12.069)
8	8.4 Adotar sistemas de processos administrativos eletrônicos, compatível com o Processo Eletrônico Nacional - PEN, proporcionando maior segurança jurídica, eficiência e celeridade.(ENGD 2024-2027 DC Nº12.069)

ALINHAMENTO AO PDTIC <2025-2026>			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
OR05	Aquisição de switches	OKR4	Otimizar a Gestão de Recursos e da Infraestrutura de TI

ALINHAMENTO AO PLS <2025-2026>			
ID	Ação do PLS	ID	Meta do PLS
02	Elaborar e implementar a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dentro da UNILA	M1	Implantar o Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS para cada unidade da UNILA

2.5. Por Não se tratar de oferta de serviços públicos digitais, o objeto da contratação Não será integrado à Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

- 4.1.1. Disponibilidade e continuidade dos serviços de rede: garantir que a comunidade acadêmica tenha acesso contínuo e confiável à infraestrutura de rede para ensino, pesquisa, extensão e administração.
- 4.1.2 Escalabilidade da infraestrutura: permitir a expansão da rede de dados de acordo com o crescimento da universidade, tanto em número de usuários quanto em novos prédios e ambientes.
- 4.1.3 Confiabilidade e segurança institucional: minimizar riscos de falhas ou interrupções que possam comprometer atividades críticas (aulas, sistemas administrativos, serviços digitais).
- 4.1.4 Padronização e gestão eficiente: promover a uniformidade da infraestrutura de rede, facilitando gestão, suporte, monitoramento e capacitação das equipes de TI.
- 4.1.5 Suporte a novos projetos e espaços físicos: assegurar que a infraestrutura de TIC acompanhe a expansão física da universidade (Bloco de Aulas 3, NZEB, Moradia Intercultural etc.), permitindo imediata ativação da conectividade.
- 4.1.6 Eficiência operacional e otimização de recursos públicos: viabilizar a manutenção da rede com menor custo de operação, reduzindo necessidade de reparos emergenciais e aproveitando economia de escala.
- 4.1.7 Aprimoramento da qualidade dos serviços públicos: garantir melhor desempenho na transmissão e acesso à informação, beneficiando diretamente a comunidade acadêmica e os serviços de gestão institucional.

Requisitos de Capacitação

- 4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

Requisitos Legais

- 4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;
- 4.4 DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023. Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Requisitos de Manutenção

- 4.5. Devido às características da solução, a realização de manutenções corretivas/preventivas pela Contratada será feita na forma de suporte técnico e garantia, visando à manutenção da disponibilidade da solução;
- 4.6 .Para os itens 1, 3 e 4 o fabricante deverá disponibilizar gratuitamente, updates (atualizações e correções de segurança) e upgrades (grandes atualizações que podem mudar a versão do software) de software durante todo o período de garantia, deverá fornecer os softwares e suas atualizações, firmwares, sistema operacional através de meio eletrônico ou físico, sem ônus adicionais.

Requisitos Temporais

- 4.7. A Entrega dos equipamentos deverá ser efetivada no prazo máximo de **até 120 (cento e vinte)** dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), emitida pela Contratante, via e-mail, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;
- 4.8 A entrega deverá ocorrer no seguinte endereço ou em outro(s) endereço(s) indicado(s) pela CONTRATANTE no momento do pedido: Rua Macucos 131, esquina com Rua Mineirão – Bairro Portal da Foz – Foz do Iguaçu-PR – CEP: 85859-450, no horário de 08:30 às 11:00 h e de 14:00 as 17:00 h;

4.8.1 A entrega deverá ser previamente agendada com antecedência mínima de 48 horas nos telefones telefones: (45) 3522-9992 e/ou (45) 3522-9993 ou e-mail almoxarifado@unila.edu.br;

4.8.2 Esclarecimentos sobre as entregas poderão ser obtidos através dos contatos informados no e-mail da OFB, de segunda a sexta-feira, das 08 às 18 horas.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.9. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, que pode ser consultada em <https://atos.unila.edu.br/atos/resolucao-n-ordm-3-2022-cgirc-8459>.

4.9.1 A CONTRATADA deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE que tomar conhecimento em razão da execução do contrato.

4.10. Os equipamentos e componentes fornecidos devem possuir homologação da Anatel.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.11. Os equipamentos devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.11.1. Observar condições de trabalho decente, vedando práticas de trabalho infantil e análogo ao escravo, em conformidade com a legislação brasileira.

4.11.2 A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.11.3 A CONTRATADA deverá cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

4.11.4 A CONTRATADA se obriga a tomar as devidas providências em relação a desvios de conduta de seus empregados independentemente de notificação pela UNILA.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.12 Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de arquitetura tecnológica contidos no Estudo Técnico Preliminar, item 14.2.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.13. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **36 (trinta e seis)** meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.14. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

4.15. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

- 4.16. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 4.17. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 4.18. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 4.19. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **3 (três)** dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 4.20. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 4.21. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 4.22. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 4.23. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 4.24. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Requisitos de Experiência Profissional

- 4.25. Os serviços de suporte deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços;
- 4.26. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

- 4.27. O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Ordem de fornecimento de Bens (OFB) emitida pela Contratante.
- 4.28. A OFB indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.
- 4.29. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento **24** horas por dia e **7** dias por semana de maneira eletrônica, e **8** horas por dia e **5** dias por semana por via telefônica.
- 4.30. O andamento do fornecimento dos equipamentos deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Outros Requisitos Aplicáveis

4.31. Deverá ser apresentada a documentação do fabricante do equipamento, comprovando o atendimento a todos os requisitos contidos neste edital, com o atendimento das seguintes condições:

- Documentação técnica que conste o cumprimento de cada um dos requisitos das especificações deste edital.
- Relação de componentes contendo a configuração das soluções ofertadas, incluindo módulos, fontes, acessórios e licenças, com as respectivas quantidades de cada item e seus *part numbers*.

4.31.1 Todos os produtos deverão ser novos e sem uso. Não serão aceitos materiais usados, remanufaturados ou de demonstração.

4.31.2 Os produtos deverão ser entregues nas caixas, lacradas pelo fabricante, não sendo aceitos equipamentos com caixas violadas. A CONTRATANTE poderá efetuar consulta do número de série do produto, junto ao fabricante, informando data de compra e adquirente.

Sustentabilidade

4.32. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- Os produtos devem ser acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento e permita o descarte sustentável.
- Priorizar equipamentos que atendam a padrões de eficiência (ex.: certificações ENERGY STAR ou equivalentes), reduzindo consumo elétrico e custos de operação.
- Prever descarte ambientalmente correto dos equipamentos substituídos, com destinação em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).
- Atender normas internacionais de restrição de substâncias perigosas (ex.: RoHS – Restriction of Hazardous Substances), reduzindo impactos ambientais.
- Garantir que os equipamentos, interfaces de gerenciamento e documentação estejam disponíveis em idioma português, facilitando a adoção pela equipe técnica.
- Possibilitar atualização de firmware e suporte prolongado, reduzindo a necessidade de substituição precoce de equipamentos.
- Priorizar, para o fornecimento do objeto, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.
- A abertura de chamados técnicos e encaminhamentos de demandas deverão ser realizados, preferencialmente, sob forma eletrônica, evitando-se a impressão de papel.
- Utilização de processos administrativos no formato eletrônico.
- A CONTRATADA deverá comprovar que o equipamento está em conformidade com a norma IEC 60950 ou similar emitida por instituição acreditada pelo INMETRO ou internacional equivalente para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos.
- A CONTRATADA deverá aplicar o disposto nos Artigos de nºs 31 a 33 da Lei no 12.305 de 02 de agosto de 2010 e nos Artigos de nºs 13 a 18 do Decreto no 7.404 de 23 de dezembro de 2010, principalmente, no que diz respeito à Logística Reversa.
- O trânsito de veículos da CONTRATADA estará sujeito às normas e procedimentos internos da UNILA.

Indicação de marcas ou modelos

4.33. Na presente contratação será admitida a indicação da marca CISCO em razão da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela UNILA.

Da exigência de carta de solidariedade

4.34. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.35. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da exigência de amostra

4.36. *Não será solicitada amostra do objeto. Para averiguar os requisitos técnicos a licitante deverá encaminhar documentos que os comprovem.*

Garantia da contratação

4.37. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes abaixo:

4.38. Trata-se de aquisição de equipamentos cujo fornecimento é considerado simples pois não envolve a elaboração de projeto e execução prolongada, caracterizando, conseqüentemente, contratação de menor complexidade;

4.39. A exigência de garantia contratual implica em custo adicional, e os riscos de inadimplência são considerados baixos. Portanto, a não exigência da garantia contratual representa potencial redução de custo financeiro e operacional, tornando a contratação mais ágil, e evitando possíveis atrasos no fornecimento dos itens;

4.40. Em eventual ocorrência de problemas com a solução adquirida, outros mecanismos legais e contratuais foram estabelecidos neste Termo de Referência.

Informações relevantes para o dimensionamento e apresentação da proposta

4.41. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.41.1. Na proposta apresentada pela licitante deverão estar discriminados os valores unitário e total de cada item do objeto.

4.41.2 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento da solução.

4.41.3. A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

4.41.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.41.5. As empresas licitantes deverão apresentar declaração que ateste a não ocorrência do registro de oportunidade, de modo a garantir o princípio da competitividade, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.42. Na presente licitação não será realizada a reserva de cota. Em atendimento ao disposto no art. 10 do Decreto nº 8.538/2015, verificou-se que a contratação em grupo único ultrapassa o valor de R\$80.000,00, não se justificando a participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

Margem de Preferência

4.43. Foi realizada consulta às listas mais recentes de bens e serviços com margem de preferência publicadas pelo Governo Federal, incluindo:

1. Portarias do extinto Ministério da Economia e do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços;
2. Relação consolidada de bens com margem de preferência prevista no Decreto nº 11.246/2022;
3. Itens classificados como TIC e correlatos.

Após a análise, verificou-se que nenhum dos itens listados faz parte das listas oficiais de bens ou serviços sujeitos à aplicação de margem de preferência normal ou adicional.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- 5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração; e
- 5.2.9. fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso.
- 5.2.10. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, no que couber;
- 5.2.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 5.2.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores de flutuações cambiais.

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

- 5.3.1. *efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;*
- 5.3.2. *conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;*
- 5.3.3. *definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:*
- 5.3.3.1. *as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e*
- 5.3.3.2. *definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;*
- 5.3.4 *definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:*
- 5.3.4.1. *a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;*
- 5.3.4.2. *as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo Contratado; e*
- 5.3.4.3. *as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 deste artigo, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.*

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Rotinas de Execução

Do Encaminhamento Formal de Demandas

- 6.1. O gestor do contrato emitirá a Ordem de fornecimento de bens (OFB) para a entrega dos bens desejados.
- 6.2. O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB.
- 6.3. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.
- 6.4 A OFB será encaminhada via e-mail.

Forma de execução e acompanhamento do contrato

Condições de Entrega

- 6.5. O prazo de entrega dos bens é de **120** dias, **contados do(a) recebimento do e-mail contendo a OFB**, em remessa única.
- 6.6. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **30** dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 6.7. Os bens deverão ser entregues no endereço **indicado no Item 4.8**.
- 6.8. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 6.9. *Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.*

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

- 6.10. Cada OFB conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

Mecanismos formais de comunicação

- 6.11. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:**

- I) Ordem de Fornecimento de Bens;*
- II) Ata de Reunião;*
- III) Ofício;*
- IV) Sistema de abertura de chamados;*
- V) E-mails;*
- VI) Reuniões virtuais ou presencias;*
- VII) Comunicação via WhatsApp.*

Formas de Pagamento

- 6.12. Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

- 6.13. *O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.*

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Reunião Inicial

7.5. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do contrato.

7.6. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até **10 (dez)** dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.7. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.7.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.7.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.7.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.7.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.7.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Fiscalização

7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.9. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.11. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.15. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

7.18. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.18.1. . coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.18.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.18.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.18.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.18.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.18.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.18.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.19. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

CrITÉRIOS de Aceitação

7.20. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.20.1. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não recondicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos *end-of-life*).

7.20.2. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

7.20.3. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.

- 7.20.4. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.
- 7.20.5. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.
- 7.20.6. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.
- 7.20.7. Todas as licenças, referentes aos softwares e *drivers* solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões “*shareware*” ou “*trial*”. O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.
- 7.21. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.
- 7.22. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

Procedimentos de Teste e Inspeção

- 7.23. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:
- 7.32.1.A inspeção nos equipamentos fornecidos será realizada por meio de comparação das especificações constantes dos prospectos do fabricante do equipamento.
- 7.32.2. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do bem ou à prestação dos serviços contratados, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

- 7.24. Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo Contratante para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores:

IAE – INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Fornecimento de Bens.	
Meta a cumprir	IAE < = 0	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Fornecimento de Bens dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	OFB, Termo de Recebimento Provisório (TRP)	

Forma de acompanhamento	<p>A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OFB.</p> <p>Será subtraída a data de entrega dos produtos da OFB (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OFB.</p>
Periodicidade	Para cada Ordem de Fornecimento de Bens encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>IAE = <u>TEX – TEST</u></p> <p>Onde:</p> <p>IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OFB;</p> <p>TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OFB, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OFB.</p> <p>A data de início será aquela constante na OFB; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OFB.</p> <p>A data de entrega da OFB deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes neste Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OFB continua a correr, findando-se apenas quanto o Contratado entrega os produtos da OFB e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p>TEST – Tempo Estimado para a execução da OFB – constante na OFB, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>
Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.</p>
Início de Vigência	A partir da emissão da OFB.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para valores do indicador IAE:</p> <p>Menor ou igual a 0 – Pagamento integral da OFB;</p> <p>De 1 a 60 - aplicar-se-á glosa de 0,1666% por dia de atraso sobre o valor da OFB ou fração em atraso.</p> <p>Acima de 60 - aplicar-se-á glosa de 10% bem como multa de 2% sobre o valor OFB ou fração em atraso.</p>

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NOS PAGAMENTOS

8.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção

1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução do contrato, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de (24) horas úteis.	Multa de (1) % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de (9) dias úteis.
		Após o limite de (10) dias úteis, aplicar-se-á multa de (1) % do valor total do Contrato.
2	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso de Entrega de OS)	Glosa de (1) % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,11 a 0,20.
		Glosa de (2) % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,21 a 0,30.
		Glosa de (3) % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,31 a 0,50.
		Glosa de 4 % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,51 a 1,00.
		Multa de (5) % sobre o valor do Contrato e Glosa de (10) % sobre o valor da OS, para valores do indicador IAE maiores que 1,00.
3	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de (5) % do valor total do Contrato.

8.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

8.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

8.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.4.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.4.4. Multa:[A1]

8.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias

8.4.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia:[A2]

8.4.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.4.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.4.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.4.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.4.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **2% (dois por cento)** do valor da contratação.

8.4.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **1% (um por cento)**

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

9.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

9.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.12.1. o prazo de validade;

9.12.2. a data da emissão;

9.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

9.12.5. o valor a pagar; e

9.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

9.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

9.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

9.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

9.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

9.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

9.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Custo da Tecnologia da Informação (ICTI) de correção monetária.

Forma de pagamento

9.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

9.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

9.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

9.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

9.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

9.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

9.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

9.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

9.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado:

9.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

9.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO* sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

10.2. O regime de execução do contrato será por [empregada por preço unitário].

10.2.1 Considerando que a contratação ocorrerá por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), regime que visa atender demandas futuras e eventuais, adota-se a empregada por preço unitário, nos termos do art. 22, inciso I, da IN SGD/ME nº 94/2022. Esse regime é o mais adequado, pois permite a contratação e o pagamento conforme as quantidades efetivamente demandadas, garantindo maior eficiência e segurança na execução contratual.

Forma de fornecimento

10.3. O fornecimento do objeto será parcelado:

Crítérios de aceitabilidade de preços

10.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

10.4.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

10.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

10.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A7]

10.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A8]

Qualificação Econômico-Financeira

- 10.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 10.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 10.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A10] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 10.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo* de 10 % *valor total estimado da contratação*.
- 10.27. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação ;*
- 10.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 10.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 10.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

- 10.31 Para a qualificação técnica, a licitante deverá apresentar comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado, por meio da apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a experiência anterior da licitante na execução de serviços/fornecimento de bens de características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior aos aqui licitados. O atestado apresentado deverá estar em papel timbrado da empresa ou órgão CONTRATANTE e com a identificação clara do signatário. Não serão aceitos Atestados de Capacidade Técnica cuja empresa emitente seja componente do mesmo grupo financeiro ou sub CONTRATADA da licitante.
- 10.32. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*
- 10.32.1. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

10.32.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto Contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

10.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. *O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 2.161.297,70 (dois milhões, cento e sessenta e um mil, duzentos e noventa e sete reais e setenta centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima***

11.5. *Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:*

11.5.1. *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

11.5.2. *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

11.5.3. *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

11.5.4. *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. Por se tratar de uma compra utilizando o Sistema de Registro de Preços, a dotação orçamentária fica postergada para momento futuro em que efetivamente seja realizado o pedido de fornecimento.

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12.5. Quantidade estimada a ser contratada durante a vigência original da ata e no período de prorrogação.

Item	Descrição	Qtde. Adquirida no 1º Ano		Qtde. Adquirida no 2º Ano		Total
1	Switch Tipo I : Nexus 9300 48p 1/10/25G, 6p 40/100G, MACsec, SyncE. Suporte 8x5xNBD.	1	50%	1	50%	2
2	Switch Tipo II : Catalyst C9300X-24Y-E, 1X C9300-DNA-L-E-3Y, 1X STACK-T1-50CM. Suporte 8x5xNBD.	3	60%	2	40%	5
3	Fonte de Alimentação 715W AC 80+ Platinum Config 1 Power Supply Spare - para Switch Tipo II	3	60%	2	40%	5
4	Switch Tipo III : Catalyst 1200 48-PORT GE, POE, 4X1G SFP. Suporte 8x5xNBD.	10	50%	10	50%	20
5	Módulo Transceiver 1000BASE-SX SFP : transceiver module, MMF, 850nm, DOM	10	50%	10	50%	20
6	Módulo Transceiver 10GBASE-SR : SFP Module, Enterprise-Class	10	50%	10	50%	20
7	Módulo Transceiver 10GBASE-LR : SFP Module, Enterprise-Class	2	50%	2	50%	4

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosa.

Integrante Requisitante	Integrante Técnico	Integrante Técnico
<i>Eliezer de Siqueira</i>	<i>Weber R.S. Takaki</i>	<i>Armando Guerra</i>
<i>Chefe DIRT</i>	<i>Analista TIC</i>	<i>Analista TIC</i>
<i>Matrícula: 2145570</i>	<i>Matrícula: 1828810</i>	<i>Matrícula: 2146110</i>

Integrante Administrativo	Integrante Administrativo
<i>Karis F. Diedrich</i>	<i>Neila Evangelista</i>
<i>Assistente Administrativa</i>	<i>Administradora</i>
<i>Matrícula: 2164071</i>	<i>Matrícula: 2144158</i>

Autoridade Máxima da Área de TIC
<i>Wison Varaschin</i>
<i>Coordenador CTIC substituto</i>
<i>Matrícula: 1519014</i>

Aprovo,

Autoridade Competente
Diogo Andre Bastian Pró Reitor PROAGI <i>Matrícula: 1916477</i>

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WEBER SHOITY RESENDE TAKAKI

Integrante Técnico

ELIEZER DE SIQUEIRA

Integrante Requisitante

ARMANDO JULIO FARIAS DA SILVA MORA GUERRA

Integrante Técnico

KARIS FABIANE DIEDRICH

Integrante Adminitrativa

NEILA EVANGELISTA

Integrante Administrativa

WILSON VARASCHIN

Autoridade Máxima da Área de TIC Substituto

Despacho: Aprovo este Termo de Referência

DIOGO ANDRE BASTIAN

Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP_158658-000118-2025.pdf (199.1 KB)

UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA

Estudo Técnico Preliminar 118/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23422.002667/2025-48

2. Descrição da necessidade

2.1 O presente estudo visa embasar a análise da viabilidade técnica e financeira da aquisição de switches de rede e transceivers.

2.2 A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) possui um parque de switches de rede com grande parte dos equipamentos com prazo de garantia expirado ou prestes a expirar. Embora ainda operacionais, tais dispositivos não contam mais com suporte do fabricante para correções, atualizações ou reparos, o que representa risco direto à continuidade, estabilidade e segurança dos serviços de rede institucional.

2.3 Além dos equipamentos sem garantia, há outros que já apresentam falhas e operam com capacidade reduzida, necessitando substituição imediata. Soma-se a esse cenário os projetos da Instituição para ampliação da infraestrutura física da universidade (como o Bloco de Aulas 3, o edifício NZEB e a Moradia Intercultural, todos no Campus Integração) que demandará novos switches e outros dispositivos de rede para viabilizar a ativação da conectividade quando da ocupação dos espaços.

2.4 Nesse cenário, a UNILA não dispõe de Atas de Registro de Preços vigentes que permitam suprir essas necessidades. Assim, a aquisição mostra-se essencial para viabilizar a criação de novos postos de trabalho, a melhoria dos ambientes institucionais e a ampliação dos serviços oferecidos.

2.5 Destaca-se ainda o caráter qualitativo da aquisição, que objetiva não apenas aumentar a quantidade de equipamentos de rede, mas também promover sua atualização tecnológica, garantindo maior desempenho, confiabilidade e controle, fatores essenciais para a manutenção dos serviços públicos, a continuidade da rede local e a disponibilização de informações de forma eficaz.

2.6 Assim, pretende-se adquirir switches de distribuição, switches de acesso, switches core e transceivers para permitir a interconexão dos novos espaços e a atualização tecnológica de equipamentos chave da rede institucional. Com a expansão da rede e oferta de recursos, faz-se necessário que o seu núcleo esteja preparado para atender a essa demanda.

2.7. Conclui-se, portanto, que a aquisição dos equipamentos de rede ora demandados é imprescindível para garantir os serviços de conectividade da UNILA, pois assegura não apenas a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas, mas também o cumprimento de metas institucionais de expansão e modernização.

- *O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto no 10.818, de 27 de setembro de 2021.7.*
- *O objeto desta contratação é caracterizado como comum.*
- *A ata terá vigência de 1 (um) ano e poderá ser prorrogada pelo mesmo prazo.*

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Infraestrutura de Redes e Telefonia	Eliézer de Siqueira

4. Necessidades de Negócio

1. Garantir a continuidade dos serviços de conectividade e comunicação, com suporte técnico e manutenção para prevenir interrupções que afetem as atividades administrativas, acadêmicas e de pesquisa.

2. Permitir a expansão futura da rede institucional sem necessidade de substituição integral dos equipamentos existentes, assegurando a escalabilidade e flexibilidade da rede.
3. Promover a renovação e atualização contínua dos recursos de rede, substituindo equipamentos defeituosos, obsoletos ou próximos do fim de vida útil.
4. Assegurar a eficiência operacional da rede institucional e da equipe de TI por meio da padronização tecnológica, mantendo um infraestrutura de *switches* atualizada e compatível com os padrões tecnológicos adotados na Unila.
5. Manter a gestão centralizada da infraestrutura de rede a fim de garantir níveis de desempenho e disponibilidade uniformes em toda a universidade, facilitando o monitoramento, a configuração e a atualização de software e/ou firmware dos dispositivos.
6. Garantir a segurança e o desempenho da rede, aplicando recursos avançados de controle de acesso, autenticação, VLANs, QoS e redundância, atendendo às demandas de conectividade da instituição.

5. Necessidades Tecnológicas

- Ampliação da capacidade e melhora do desempenho da rede dos *clusters* de servidores instalados no *datacenter* do Itaipu Parquetec e do Jardim Universitário;
- Substituição de equipamentos defeituosos, e também equipamentos operacionais que se encontram sem cobertura contratual de manutenção ou garantia, e equipamentos próximos do fim da vida útil, de modo a garantir a continuidade, estabilidade e segurança da rede institucional.
- Expansão da infraestrutura de redes, prevista para o futuro próximo, a fim de atender novos espaços e projetos da instituição, como o Bloco de Aulas 3, o edifício NZEB e a Moradia Intercultural, possibilitando conectividade plena quando da ocupação desses ambientes.
- Manutenção do padrão tecnológico dos *switches*, de modo a assegurar a compatibilidade e a operação integrada com equipamentos existentes, e eficiência no gerenciamento da rede.
- Obtenção de suporte técnico contínuo e garantia para os equipamentos, assegurando a cobertura em casos de falhas e a substituição rápida de equipamentos defeituosos, além da proteção contra falhas de segurança, identificadas nos equipamentos em operação, por meio da aplicação de *patches* e atualizações de firmware disponibilizados pelo fabricante.
- Manutenção de recursos avançados de controle de acesso, segmentação da rede por meio de VLANs, controle de tráfego por meio de QoS, configuração automática de aparelhos telefônicos, recursos de monitoramento de tráfego e redundância, garantindo proteção e sigilo das informações, desempenho e continuidade das operações.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

6.1 Requisitos Legais

- a) LEI No 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021. Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- b) INSTRUÇÃO NORMATIVA SGD/ME No 94, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022. Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal;
- c) INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME No 65, DE 7 DE JULHO DE 2021. Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- d) DECRETO No 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023. Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei no 14.133, de 1o de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- e) PORTARIA SEGES/ME No 938, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022: Institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei no 14.133, de 1o de abril de 2021.
- f) GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS DA AGU.

6.2 Requisito de conformidade regulatória

- Todos os equipamentos devem possuir **homologação vigente da ANATEL**;
- Equipamentos sem homologação serão considerados **não conformes e rejeitados**.

6.3 Requisitos de Manutenção

6.3.1 O fabricante deverá disponibilizar gratuitamente, *updates* (atualizações e correções de segurança) e *upgrades* (grandes atualizações que podem mudar a versão do software) de software durante todo o período de garantia.

6.3.2 O fabricante deverá fornecer os softwares e suas atualizações, firmwares, sistema operacional através de meio eletrônico ou físico, sem ônus adicional.

6.4 Requisitos Temporais

6.4.1 O prazo de entrega dos bens é de **até 120 (cento e vinte) dias corridos**, contados a partir do encaminhamento da Ordem de Fornecimento de Bens no endereço de e-mail a ser informado na solicitação.

6.4.2 A entrega deverá ocorrer no seguinte endereço ou em outro(s) endereço(s) indicado(s) pela contratante no momento do pedido: Rua Macucos 131, esquina com Rua Mineirão – Bairro Portal da Foz – Foz do Iguaçu-PR – CEP: 85859-450, no horário de 08:30 às 11:00 h e de 14:00 às 17:00 h.

6.4.3 A entrega deverá ocorrer em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 08h30 às 11h00 e das 14h30 às 17h00.

6.4.4 A entrega deve ser agendada com antecedência mínima de 48 horas, sob pena de não ser autorizada. 6.4.5 Para itens de software, quando a mídia não for fornecida, deve ser indicado local para download do arquivo de instalação.

6.4.5 Esclarecimentos sobre as entregas poderão ser obtidos através dos contatos informados na nota de empenho, de segunda a sexta-feira, das 08 às 17 horas.

6.5 Requisitos de Segurança e Privacidade

- Os dispositivos devem suportar os protocolos 802.1X e autenticação de usuários por RADIUS;
- Suporte a segregação de tráfego via VLANs;
- Acesso criptografado à interface de gerenciamento (SSH/TLS/SSL);
- Suportar perfis administrativos diferenciados (admin, operador, etc.);
- Implementar recursos de proteção contra ataques comuns (DoS, ARP spoofing, BPDU guard);
- Registro de logs e integração com sistemas de monitoramento de rede;
- Suporte a redundância e alta disponibilidade;
- Conformidade com políticas de privacidade e LGPD.

6.6 Requisitos de Garantia e Manutenção

- Os equipamentos fornecidos deverão possuir garantia do fabricante **pelo período de 36 (trinta e seis) meses**.
- Os equipamentos fornecidos deverão estar cobertos por garantia no Brasil, sendo a garantia oferecida diretamente pelo fabricante por modalidade própria;
- A garantia deve incluir substituição de peças decorrente de vícios de projeto, fabricação, construção e montagem, pelo período especificado no termo de referência, a contar da data de aceite provisório dos equipamentos;
- A garantia deve incluir também envio de peças/equipamentos de reposição, que deverão ser entregues nos locais especificados pela CONTRATANTE, abrangendo-se todos os custos de deslocamento (envio e retorno) das peças/equipamentos de substituição. Obrigatoriamente o envio de peças/equipamentos de reposição deve ser realizado pelo fabricante dos equipamentos, sendo este responsável pelo controle e logística de peças de reposição;
- Devem ser descritos, no momento da proposta, qual o tipo de garantia fornecida. Os equipamentos devem ter seus números seriais atrelados ao sistema de suporte do fabricante dos equipamentos, com data específica de início e fim do suporte;
- Nos casos de troca de equipamentos defeituosos, os mesmos deverão ser enviados pelo fabricante com entrega em até 3 (três) dias úteis subsequentes à abertura do chamado e comprovação do defeito, sem quaisquer custos adicionais para a CONTRATANTE, havendo acréscimo de um dia útil para os chamados abertos após às 14 horas.
- Os chamados técnicos deverão ser gerenciados pela CONTRATADA em horário comercial na modalidade 8x5 (oito horas por dia, cinco dias por semana), por meio de telefone gratuito.
- A CONTRATADA também deverá disponibilizar um portal web com disponibilidade de 24 horas por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano, com sistema de help-desk, além de endereço de e-mail para abertura de chamados técnicos, com o primeiro atendimento em até 4 (quatro) horas úteis.
- Os chamados técnicos deverão ser atendidos por profissional, da CONTRATADA, capacitado e certificado pelo fabricante. Tal comprovação deverá ser realizada por meio da apresentação de certificado emitido pelo fabricante do produto, atestando que o profissional da CONTRATADA possui a certificação do fabricante em tal linha de produto.
- A equipe técnica da CONTRATANTE poderá abrir, gerenciar o status e conferir todo o histórico de chamados de suporte técnico, mediante login e senha de acesso ao sistema.
- Os chamados abertos por e-mail deverão ter sua abertura automática no portal web.
- Todo o chamado aberto deverá ter sua resolução técnica registrada no sistema web de help-desk.

- A CONTRATADA deverá prestar o suporte técnico dos produtos fornecidos, sendo facultado a ela o escalonamento das questões para o respectivo fabricante, ficando, entretanto, a CONTRATADA responsável pelo gerenciamento do chamado e prestação de informações à CONTRATANTE.
- Os *part numbers* de garantia devem estar explícitos na proposta.
- A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a CONTRATANTE.

6.7. Outros Requisitos Aplicáveis

- Deverá ser apresentada a documentação do fabricante do equipamento, comprovando o atendimento a todos os requisitos contidos neste ETP. A documentação comprobatória deve detalhar o cumprimento das especificações, incluindo garantia, manutenção, desempenho, segurança, padronização, sustentabilidade e conformidade regulatória.
- Deverá também ser apresentada documentação de componentes contendo a configuração das soluções ofertadas, incluindo módulos, fontes, acessórios e licenças, com as respectivas quantidades de cada item e seus *part numbers*.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

7.1 Tabela 1. Estimativa de quantidades a serem contratadas.

Item	Descrição do item	Quantidade
1	Switch Tipo 1	2
2	Switch Tipo 2	5
3	Fonte de alimentação para Switch Tipo 2	5
4	Switch Tipo 3	20
5	Módulo Transceiver 1000BASE-SX	20
6	Módulo Transceiver 10GBASE-SR	20
7	Módulo Transceiver 10GBASE-LR	4

8. Critérios de Sustentabilidade

8.1 Os critérios de sustentabilidade se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

1. Conformidade com normas técnicas

- Os cabos de energia e plugues dos equipamentos devem seguir a **NBR-14.136**. Não serão aceitos plugues diferentes do referenciado na norma.

2. Certificação ambiental

- Os equipamentos devem possuir **certificação RoHS** (Restriction of Certain Hazardous Substances).
- Devem ser priorizados bens compostos, no todo ou em parte, por materiais **recicláveis, atóxicos e biodegradáveis**.

3. Política Nacional de Resíduos Sólidos

- A CONTRATADA deve aderir à **Lei nº 12.305/2010**, garantindo descarte e destinação ambientalmente corretos.
- A CONTRATADA deverá participar das ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, caso tenha firmado acordo ou termo de compromisso com o Município para tanto.

4. Gestão de processos eletrônicos e redução de papel

- A abertura de chamados técnicos e encaminhamentos deve ser feita preferencialmente de forma **eletrônica**.

5. Responsabilidade social e trabalhista

- É vedado à CONTRATADA o uso de trabalho de menores de 16 anos (exceto aprendiz \geq 14 anos) e menores de 18 anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres.

6. Embalagem, transporte e descarte sustentável

- Os produtos devem ser acondicionados em **embalagem individual adequada**, mínima e reciclável.
- Cabe à CONTRATADA remover e substituir, às suas expensas, materiais danificados ou em desacordo com as especificações, providenciando **descarte sustentável**.

7. Manutenção da habilitação e conformidade contratual

- A CONTRATADA deverá manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de **habilitação e qualificação exigidas**.

9. Catálogo de Soluções de TIC

9.1 Verificou-se a inexistência de registro dos itens no Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas do Órgão Central do SISP.

9.2 Diante disso, **não é possível adotar o Preço Máximo de Compra de Item de TIC (PMC-TIC)** como parâmetro para estes equipamentos.

9.3 Assim, as especificações constantes neste ETP foram elaboradas com base em pesquisa de mercado, em documentos técnicos de contratações similares e em cotações representativas do mercado fornecedor, garantindo a completude necessária à seleção da solução. A adoção de requisitos técnicos fundamentados por essas pesquisas visa assegurar a compatibilidade, a padronização e a economicidade na contratação.”

10. Levantamento de soluções

10.1. Aquisição dos equipamentos

10.1.1 A Solução 1 consiste na aquisição dos equipamentos, com garantia estendida de 36 meses. Por tratarem-se de equipamentos que formam a infraestrutura da rede, é importante que os equipamentos estejam cobertos por garantia contra defeitos, e também suporte técnico e atualizações.

10.1.2 A vantagem desta abordagem é que o investimento realizado na aquisição pode ser amortizado ao longo da vida útil dos equipamentos que, em geral, extrapola o período de garantia. Para efeitos de comparação, a vida útil considerada foi de 36 meses, por ser equivalente ao período de garantia especificado.

10.2. Locação dos equipamentos

10.2.1 A Solução 2 consiste na locação dos equipamentos pelo período de 36 meses, com previsão de suporte compatível com os horários de funcionamento da universidade, e prazo mínimo para reparo ou correção de falhas, de modo análogo aos critérios de garantia e operação exigidos para a aquisição.

10.2.2 Esta solução é incomum nas contratações de governo. Em consulta ao Pannel de Preços realizada em setembro de 2025, não foram encontrados casos que contemplassem equipamentos compatíveis com os pretendidos nesta avaliação preliminar. Apenas para um dos itens pretendidos (Switch 48p 1Gb) foi possível estabelecer comparações indiretas pelo número de portas de rede do equipamento, conforme será demonstrado adiante.

10.2.3 Para essa busca foram utilizados os seguintes códigos de serviço (CATSER):

4006 - Locação de computadores / periféricos

4065 - Locação de equipamentos de telecomunicações

15750 - Informática - locação de equipamentos

25488 - Aluguel de equipamentos ópticos

26050 - Infraestrutura como serviço - IAAS

26999 - Serviços de gerenciamento de redes de tecnologia da informação e comunicação (TIC)

27014 - Serviços de gerenciamento de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC)

27022 - Outros serviços de gerenciamento de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC)

27090 - Outros serviços para a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC)
27421 - Locação de equipamento de telecomunicações - Arrendamento mercantil operacional de máquinas e equipamentos, sem operador
27448 - Locação de outros equipamentos de TIC - Arrendamento mercantil operacional de máquinas e equipamentos, sem operador

10.2.3 A tabela a seguir apresenta o número de resultados identificados para cada código CATSER, e a quantidade de itens compatíveis com os equipamentos pretendidos nesta contratação.

CATSER	Descrição	Qtde. de itens de compra encontrados	Processos/itens compatíveis
4006	Locação de computadores / periféricos	0	0
4065	Locação de equipamentos de telecomunicações	0	0
15750	Informática - locação de equipamentos	0	0
25488	Aluguel de equipamentos ópticos	0	0
26050	Infraestrutura como serviço - IAAS	49	0
26999	Serviços de gerenciamento de redes de tecnologia da informação e comunicação (TIC)	47	0
27014	Serviços de gerenciamento de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC)	142	1 - COFEN (item 17 - Switch de 48 portas PoE)
27022	Outros serviços de gerenciamento de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC)	63	1 - Câmara Municipal de Salvador (item 5 - Switch de 24 portas com PoE)
27090	Outros serviços para a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC)	50	0
27421	Locação de equipamento de telecomunicações - Arrendamento mercantil operacional de máquinas e equipamentos, sem operador	15	1 - Serviço de Saneamento básico de Itabirito/MG (item 1 - Switch de 96 portas PoE, com 8p SFP+)
27448	Locação de outros equipamentos de TIC - Arrendamento mercantil operacional de máquinas e equipamentos, sem operador	13	0

10.2.Os resultados da busca sintetizada na tabela anterior permitem estabelecer uma estimativa de preço apenas para o Switch Tipo 3. Assim a análise comparativa de custos entre a Solução 1 (aquisição) e a Solução 2 (locação) será limitada ao Switch Tipo 3.

11. Análise comparativa de soluções

11.1 Solução 1 - Aquisição dos equipamentos.

11.1.1 Vantagens:

- Menor custo total de propriedade, se considerada a vida útil dos equipamentos. O custo total de propriedade tende a cair à medida que a vida útil dos equipamentos é prolongada, ao contrário da locação.
- Equipamentos podem ser mantidos em operação ou reaproveitados em outras aplicações ao final do período de garantia contratado.
- Disponibilidade contínua do equipamento após aquisição, pois não está sujeito à disponibilidade orçamentária de custeio.
- Pode ser adquirido de modo parcelado, conforme a necessidade, e em exercícios financeiros diferentes, por meio do estabelecimento de ata de registro de preços.

- Gestão contratual simples.

11.1.2 Desvantagens:

- Desembolso total é realizado no momento da compra.
- Desfazimento do bem ao final da vida útil deve ser executado/administrado pela UNILA.

11.2 Solução 2 - Locação dos equipamentos.

11.2.1 Vantagens:

- Menor custo total de propriedade em prazos de contratação curtos.
- Necessidades de manutenção, reparo, substituição e desfazimento são gerenciadas pela contratada.
- Não exige grande disponibilidade orçamentária no início da contratação, pois o desembolso é gradual.
- Quantidade de equipamentos em operação pode ser facilmente ajustada, de acordo com a necessidade, para mais ou para menos durante a vigência do contrato.

11.2.2 Desvantagens:

- Custo total de propriedade aumenta à medida que o prazo de locação aumenta.
- Disponibilidade do equipamento está sujeita à disponibilidade orçamentária de custeio, sendo um risco para a operação da rede.
- Gestão contratual mais complexa.

11.3 Conclusão:

Apesar das vantagens apresentadas pela Solução 2 - Locação dos equipamentos, a Solução 1 - Aquisição dos equipamentos é operacionalmente mais vantajosa pois a vida útil dos equipamentos tende a superar 5 (cinco) anos, o que torna a gestão contratual mais simples e o custo total de propriedade mais baixo.

12. Registro de soluções consideradas inviáveis

12.1 A Portaria SGD/MGI no 2.715, de 21 de junho de 2023, Item 8, Subitem 8.1.3, estabelece o seguinte:

"Destaca-se que a possibilidade de mera locação de equipamentos é medida excepcionalíssima na Administração Pública Federal (APF). Por exemplo, pode ser adotada em eventos temporários de curto prazo, devendo ser demonstrada a sua vantajosidade de escolha em detrimento da aquisição".

12.2 Em linha com a orientação dada pela portaria, observou-se, na prática, um número muito reduzido de contratações envolvendo locação de equipamentos de rede, conforme descrito na Seção 10 - Levantamento de soluções.

12.3 Para órgãos federais, a locação de equipamentos de rede não é a regra, sendo apenas uma medida excepcional, sujeita à demonstração de relevância, urgência e vantajosidade econômica, e dependente de aprovação da autoridade máxima do órgão.

12.4 Portanto, embora a Solução 2 - Locação de equipamentos não seja inviável, para a presente demanda da UNILA, a **aquisição por meio de Registro de Preços** é a alternativa mais adequada, garantindo entrega parcelada, garantia de longo prazo e economia de escala.

13. Análise comparativa de custos (TCO)

13.1. Solução Viável 1 - Aquisição dos equipamentos

Custo Total de Propriedade - Memória de cálculo

Item	Descrição	Qtde.	Preço unitário	Total
1	Switch Tipo 1	2	R\$ 302.432,50	R\$ 604.865,00
2	Switch Tipo 2	5	R\$ 192.100,50	R\$ 960.502,50
3	Fonte de alimentação para Switch Tipo 2	5	R\$ 7.000,00	R\$ 35.000,00
4	Switch Tipo 3	20	R\$ 19.000,00	R\$ 380.000,00
5	Módulo Transceiver 1000BASE-SX	20	R\$ 2.875,00	R\$ 57.500,00

6	Módulo Transceiver 10GBASE-SR	20	R\$ 3.897,50	R\$ 77.950,00
7	Módulo Transceiver 10GBASE-LR	4	R\$ 11.370,05	R\$ 45.480,20
		TOTAL:		R\$ 2.161.297,70

13.1.1 Os preços obtidos na pesquisa de mercado realizada constam na tabela de preço médio a seguir.

a) Tabela de preço médio

Item	Descrição	Preço 1: Infra TI	Preço 2: Teltec	Preço 3: Yssy	Preço 4: Compras.gov.br	Preço estimado	Método
1	Switch Tipo 1	R\$ 357.155,50	R\$ 294.000,00	R\$ 256.142,00	-	R\$ 302.432,50	Média
2	Switch Tipo 2	R\$ 256.338,64	R\$ 210.000,00	R\$ 136.790,00	R\$174.201,00	R\$ 192.100,50	Mediana
3	Fonte de alimentação para Switch Tipo 2	R\$ 9.000,00	R\$ 7.000,00	R\$ 4.634,00	-	R\$ 7.000,00	Mediana
4	Switch Tipo 3	R\$ 24.730,10	R\$ 19.000,00	R\$ 6.851,00	-	R\$ 19.000,00	Mediana
5	Módulo Transceiver 1000BASE-SX	R\$ 3.100,00	R\$ 2.700,00	R\$ 2.825,00	-	R\$ 2.875,00	Média
6	Módulo Transceiver 10GBASE-SR	R\$ 4.500,70	R\$ 3.800,00	R\$ 3.995,00	R\$ 1.834,45	R\$ 3.897,50	Mediana
7	Módulo Transceiver 10GBASE-LR	R\$ 11.910,15	R\$ 10.900,00	R\$ 11.300,00	-	R\$ 11.370,05	Média

13.2. Solução Viável 2 - Locação dos equipamentos

13.2.1 Custo Total de Propriedade - Memória de cálculo

Item	Descrição	Qtde.	Preço unitário mensal	Preço total mensal	Total (36 meses)
1	Switch Tipo 1	2	-	-	-
2	Switch Tipo 2	5	-	-	-
3	Fonte de alimentação para Switch Tipo 2	5	-	-	-
4	Switch Tipo 3	20	R\$ 665,99	R\$ 13.319,80	R\$ 479.510,40
5	Módulo Transceiver 1000BASE-SX	20	-	-	-
6	Módulo Transceiver 10GBASE-SR	20	-	-	-
7	Módulo Transceiver 10GBASE-LR	4	-	-	-

13.2.2 A pesquisa de preços foi realizada no portal de compras governamentais, conforme relatado na Seção 10 - Levantamento de soluções. Como resultado dessa pesquisa foram obtidos apenas três preços para o Switch Tipo 3 (Item 4) passíveis de comparação. Não foram encontrados preços de locação para os outros itens, por esse motivo na tabela de preço médio a seguir consta apenas o item 4.

a) Tabela de preço médio

Item	Descrição	Preço 1* : Cons. Fed. Enfermagem	Preço 2**: Câm. Mun. de Salvador	Preço 3***: Serv. Aut. Saneam. Bás. Itabirito/MG	Preço médio
4	Switch Tipo 3 (Características: 48p 1G PoE+, 4p SFP; preço mensal por unidade)	R\$ 612,00	R\$ 395,96	R\$ 990,00	R\$ 665,99

* Conselho Federal de Enfermagem - UASG 389320

Nº da contratação: 90028/2024 - Item 16

**** Câmara Municipal de Salvador - UASG 926412**

Nº da contratação: 90009/2024 - Item 5

Observação: o item 5 do edital referente àquela contratação especifica switches de 24 portas 1GbE com PoE, por isso foram considerados 2 unidades do item a fim de igualar o número de portas especificadas para o Switch Tipo 3. Por esse motivo, o valor desse item foi multiplicado por 2.

***** Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito/MG - UASG 928790**

Nº da contratação: 90005/2025 - Item 1

13.2.3 Observação: de modo análogo ao caso anterior, o preço considerado equivale à metade do valor do item contratado, pois o item 1 do edital de contratação especifica switches de 96 portas 1GbE com PoE, o que corresponde a duas vezes o número de portas especificadas para o Switch Tipo 3. Assim, para manter a equivalência entre o número de portas do item 1 da contratação citada e do Switch Tipo 3, foi considerada apenas a metade do valor do item.

13.3. Comparativo dos Custos Totais de Propriedade (TCO)

13.3.1 A tabela comparativa a seguir limita-se ao item 4 - Switch Tipo 3, em razão de ter ser a única comparação possível a partir dos dados levantados. Esta tabela objetiva ressaltar a vantajosidade econômica da Solução 1 - Aquisição dos equipamentos, em relação à alternativa 2 - Locação dos equipamentos.

Solução	Estimativa de TCO ao longo dos anos			Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	
1 - Aquisição	R\$ 380.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 380.000,00
2 - Locação	R\$ 159.837,60	R\$ 159.837,60	R\$ 159.837,60	R\$ 479.510,40

14. Descrição da solução de TIC a ser contratada

14.1 Solução Escolhida: Aquisição por Registro de Preços próprio

14.1.1 A solução que atende às necessidades da UNILA consiste na aquisição de novos equipamentos de rede. A alternativa da locação não é adequada dos pontos de vista econômico e administrativo.

14.1.2 A adoção do Registro de Preços próprio se justifica pelos seguintes benefícios e vantagens em relação às demais alternativas (IRP e Adesão a Ata existente):

1. Controle Técnico e Padronização

Permite à UNILA definir integralmente os requisitos técnicos, padrões de qualidade, garantia mínima, durabilidade, compatibilidade com a infraestrutura existente e ciclo de vida dos equipamentos. Isso assegura padronização tecnológica, facilidade de manutenção e gestão eficiente da rede.

2. Flexibilidade Orçamentária e Logística

Viabiliza a entrega parcelada dos equipamentos ao longo da vigência da Ata (até 12 meses, prorrogáveis por igual período), permitindo o atendimento da demanda conforme a disponibilidade orçamentária dos exercícios financeiros. Essa flexibilidade evita a formação de estoques, melhora a gestão da garantia e reduz riscos de obsolescência.

3. Economia de Escala e Preço Competitivo

Ao consolidar a demanda institucional com possibilidade de futuras adesões por outros órgãos, aumenta-se o volume licitado, o que tende a gerar melhores condições comerciais e preços mais vantajosos, respeitando os princípios da economicidade e da vantajosidade.

4. Redução de Riscos Técnicos e Operacionais

Evita a aquisição de modelos obsoletos, com suporte reduzido ou em fim de ciclo. Permite a especificação de modelos atualizados, com recursos compatíveis com a expansão da rede, garantindo desempenho, eficiência energética e suporte técnico adequado durante a vida útil dos equipamentos.

14.2 A seguir estão descritos os requisitos técnicos mínimos para cada item/equipamento.

--	--

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS
1	<p>Switch Tipo 1</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Switch com a capacidade de operação em modo <i>standalone</i> (tradicional, em L2/L3) ou modo SDN (<i>Software Defined Network</i>). Para a alteração do modo de operação, deverá ser necessário somente trocar o sistema operacional, sem nenhuma necessidade de alteração do hardware. 2. Deverá ser entregue com sistema operacional que suporte a solução <i>standalone</i> e licenciado, se necessário, para o total de portas e especificações exigidos neste item. 3. Deve operar como <i>switch core</i> da rede. 4. Características gerais: <ol style="list-style-type: none"> a. Equipamento tipo comutador ethernet com capacidade de operação em camada 3 do modelo OSI; b. O equipamento deve possuir instalada, no mínimo, a seguinte configuração de portas: <ol style="list-style-type: none"> 1. Deve possuir 6 (seis) portas com suporte a 40 e 100 Gigabit Ethernet conforme padrão QSFP28; 2. Deve possuir 48 (quarenta e oito) interfaces SFP+ com capacidade de 1, 10 e 25 Gigabit Ethernet; c. O switch deve implementar <i>non-blocking wire speed</i> em todas as portas; d. Deverá acompanhar 1 (um) cabos DAC de 100G de 1 metro; e. Deve possuir gabinete de no máximo 1 (um) RU's (<i>rack unit</i>) e permitir instalação em rack padrão de 19 (dezenove) polegadas, incluindo todos os acessórios necessários; f. Possuir porta de console para ligação direta, de terminal RS-232 ou RJ-45 para acesso à interface de linha de comando. Poderá ser fornecida porta de console com interface USB; g. Possuir configuração de CPU e memória (RAM e Flash) suficiente para a implantação de todas as funcionalidades descritas nesta especificação; h. Permitir o encaminhamento de "jumbo frames" em todas as portas (pacotes de 9000 bytes); i. Deve ser fornecido com fonte de alimentação interna com capacidade para operar em tensões de 110V e 220V com comutação automática. Deve incluir fonte de alimentação redundante. Deve ser fornecido cabo de energia obedecendo o padrão NBR 14136; j. Deve ser capaz de sustentar a carga de todo o equipamento com todas as portas ativas; k. Possuir LEDs para a indicação do status das portas e atividade; l. Possuir capacidade para pelo menos 512.000 (quinhentos e doze mil) endereços MAC na tabela de comutação; m. Possuir backplane de, no mínimo, 3.6Tbps (Terabits por segundo); n. O equipamento deve ter capacidade mínima de encaminhamento de 1.2 Bpps (Bilhões de pacotes por segundo); 5. Gerenciamento: <ol style="list-style-type: none"> a. Implementar os padrões abertos de gerência de rede SNMP (v1, v2 e v3), incluindo a geração de <i>traps</i>; b. Suportar SNMP sobre IPv6; c. Possuir suporte a MIB II; d. Implementar MIB privativa que forneça informações relativas ao funcionamento do equipamento; e. Possuir descrição completa da MIB implementada no equipamento, inclusive a extensão privativa; f. Possibilitar a obtenção via SNMP de informações de capacidade e desempenho da CPU, memória e portas; g. Permitir o controle da geração de <i>traps</i> por porta, possibilitando restringir a geração de <i>traps</i> a portas específicas; h. Ser configurável e gerenciável via CLI (command line interface), Telnet e SSH; i. Permitir que a configuração seja realizada através de terminal assíncrono; j. Permitir a gravação de log externo (syslog); k. O equipamento deve permitir sua configuração através de NETCONF; l. Possuir ferramentas para depuração e gerenciamento em primeiro nível, tais como debug, trace e log de eventos; m. Deve acompanhar licença para software de gerenciamento gráfico específico para a família do equipamento; 6. Facilidades: <ol style="list-style-type: none"> a. Permitir a agregação de, no mínimo, 08 (oito) portas segundo o padrão IEEE 802.3ad; b. Deve permitir a criação de links de agregação entre interfaces de dois equipamentos separados e idênticos, especificados nesta seção do edital, e pelo menos duas interfaces de um terceiro dispositivo que suporte 802.3ad, este que tratará o link redundante de forma transparente como se estivesse conectado a um único equipamento. Esta funcionalidade também é conhecida como Multi-Chassis Link Aggregation, MultiChassis Etherchannel, Multi-Switch Link Aggregation (M-LAG) ou Virtual PortChannel; c. Implementar VLANs compatíveis com o padrão IEEE 802.1q. Deve implementar, no mínimo, 3969 VLANs simultaneamente;

- d. Permitir o espelhamento do tráfego total de uma porta, de um grupo de portas e de VLANs para outra porta localizada no mesmo switch, localizada em outro switch do mesmo tipo conectado à mesma rede local, ou mesmo, localizada em um switch do mesmo tipo com endereço IP remoto;
 - e. Permitir a virtualização das tabelas de roteamento em camada 3 através de VRFs “Virtual Routing and Forwarding” ou VRF-Lite;
 - f. Implementar o protocolo NTP (Network Time Protocol);
 - g. Deve suportar a autenticação dos servidores NTP;
 - h. Deve suportar o protocolo IPv6;
 - i. Deve implementar os protocolos Device Link Detection Protocol (DLDP) ou Unidirectional Link Detection (UDLD) para detecção de tráfego unidirecional com o objetivo de prevenir loops na rede;
 - j. Deve implementar DHCP Relay ou UDP Helper;
 - k. Deve implementar Virtual Extensible LAN (VXLAN);
 - l. Deve suportar o protocolo VTP (Vlan Trunking Protocol) para compartilhamento de VLAN com os switches já existentes neste órgão;
 - m. Deve suportar o protocolo CDP para descoberta da topologia da rede e de equipamentos vizinhos, compatível com os equipamentos já existentes neste órgão;
 - n. O equipamento deverá ser homologado e suportar os *transceivers* do mesmo fabricante que fazem parte do objeto desta contratação (Itens 5, 6 e 7);
7. Roteamento:
- a. Suportar roteamento estático IPv4 e IPv6;
 - b. Suportar roteamento dinâmico RIPv2;
 - c. Suportar protocolo de roteamento dinâmico OSPF;
 - d. Suportar protocolo de roteamento BGPv4;
 - e. Implementar o protocolo VRRP ou mecanismo similar de redundância de gateway;
 - f. Implementar simultaneamente, no mínimo, 255 (duzentos e cinquenta e cinco) grupos do VRRP ou do mecanismo similar de redundância de gateway;
 - g. Implementar roteamento baseado em política (Policy-based Routing);
 - h. Implementar Equal-Cost Multipath (ECMP) para permitir a criação de múltiplas rotas para o mesmo destino;
8. Segurança:
- a. Implementar mecanismo de AAA (Authentication, Authorization e Accounting) para acesso local ou remoto ao equipamento baseada em um Servidor de Autenticação/Autorização do tipo TACACS /TACACS+ ou RADIUS;
 - b. Deve permitir a criação de listas de acesso (ACLs), internamente ao equipamento, baseadas em endereço IP de origem, endereço IP de destino, portas TCP e UDP, campo DSCP e horário (dia e hora);
 - c. Deve implementar filtragem de pacotes IPv6 através de *Access Control List* (ACL);
 - d. Deve ser possível habilitar o log das ACLs IPv4;
 - e. Possibilitar a autenticação da sessão SSH através de certificado digital;
 - f. Implementar funcionalidade para controle do volume de tráfego *unicast*, *multicast* e *broadcast* de uma interface, atribuindo porcentagens permitidas para cada um dos tráfegos;
 - g. Implementar a criptografia de todos os pacotes enviados ao servidor de controle de acesso e não só os pacotes referentes à senha;
 - h. Implementar mecanismo de proteção da “Root Bridge” do algoritmo “Spanning-Tree” para defesa contra ataques no ambiente nível 2;
 - i. Implementar mecanismo para suspensão do recebimento de BPDUs (Bridge Protocol Data Units) em uma determinada porta do switch;
9. Padrões:
- a. Implementar padrão IEEE 802.1d (Spanning Tree Protocol);
 - b. Implementar padrão IEEE 802.1w (Rapid spanning Tree Protocol);
 - c. Implementar padrão IEEE 802.1s (Multi-Instance Spanning-Tree), com suporte a, no mínimo, 50 (cinquenta) instâncias simultâneas do protocolo Spanning-Tree;
 - d. Implementar padrão IEEE 802.1Q (Vlan Frame Tagging);
 - e. Implementar padrão IEEE 802.1p (Class of Service);
 - f. Implementar padrão IEEE 802.3ad (LACP);
 - g. Permitir a descoberta de outros dispositivos na rede de forma automática através do protocolo LLDP (IEEE 802.1AB) ou semelhantes;
 - h. Implementar o protocolo PTP (Precision Time Protocol);
10. Multicast:
- a. Implementar mecanismo de controle de *multicast* através de IGMPv2 e IGMPv3;
 - b. Implementar o protocolo IGMP Snooping (v1, v2 e v3), não permitindo que o tráfego *multicast* seja tratado como *broadcast* no switch;
 - c. Implementar roteamento *multicast* através do protocolo PIM (Protocol Independent Multicast) no modo “sparse-mode”;
11. Qualidade de Serviço (QoS):
- a. Possuir a facilidade de priorização de tráfego através do protocolo IEEE 802.1p;

- b. Deve permitir a classificação do tráfego em classes utilizando como base os seguintes métodos: Listas de controle de acessos (ACL), campo CoS (Class of Service), DSCP (Differentiated Services Code Point) e IP Precedence;
 - c. Uma vez classificado o tráfego, o equipamento deve marcar os seguintes campos: Class of Service (CoS), Differentiated Services Code Point (DSCP) e IP Precedence;
 - d. O equipamento deve implementar ao menos 1 (um) dos seguintes mecanismos de prevenção contra congestão de tráfego: WRED (Weighted Random Early Detection) ou Weighted Fair Queuing (WFQ);
 - e. Deve suportar o mecanismo Explicit Congestion Notification (ECN);
 - f. Deve suportar Priority Flow Control (PFC) conforme o padrão IEEE 802.1Qbb.
12. Garantia de 36 (trinta e seis) meses com envio de peças/equipamentos de reposição em até 3 dias úteis.
 13. Visando atender à padronização que imponha compatibilidade técnica e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas, todos os itens constantes deste grupo devem ser do mesmo fabricante dos equipamentos.

2

Switch Tipo 2

1. Equipamento tipo comutador ethernet com capacidade de operação em camada 3 do modelo OSI;
2. Deve ser fornecido com 24 (vinte e quatro) portas 1/10/25 Gbps SFP28;
3. Deve possuir *slot* para módulo de *uplink* possibilitando expansão futura, permitindo flexibilizar possíveis mudanças na topologia de rede e reposicionamento do equipamento;
4. As interfaces de *uplinks* e empilhamento não devem desativar a operação das 24 portas SFP28;
5. Deve possuir capacidade de vazão de pelo menos 1488 Mpps;
6. Deve suportar empilhamento através de interfaces dedicadas, com velocidade mínima de 500 Gbps Full duplex na pilha, configurado em forma de anel, formando pilhas de pelo menos 8 unidades. Deve-se utilizar portas específicas para este fim, de uso traseiro. A porta e cabo de empilhamento devem ser fornecidos neste processo.
7. Deve permitir a criação de links agrupados virtualmente (*link aggregation*) de acordo com o padrão IEEE 802.3ad (Link Aggregation Control Protocol – LACP);
8. Deve permitir a criação de links agrupados virtualmente (*link aggregation*) utilizando portas de diferentes switches da pilha;
9. Deve possuir porta de console para total gerenciamento local, com conector RS-232, RJ-45 ou USB;
10. Deve possuir Jumbo Frame de pelo menos 9100 bytes;
11. Deve possuir tabela MAC com suporte a 32.000 endereços;
12. Deve ser fornecido com capacidade instalada para operar em conformidade com o padrão IEEE 802.1Q para criação de redes virtuais e deve suportar 4000 VLAN IDs;
13. Deve identificar automaticamente portas em que telefones IP estejam conectados e associá-las automaticamente a VLAN de voz;
14. O equipamento deve suportar roteamento IPv4 e IPv6 através da criação de rotas estáticas e através de protocolos de roteamento dinâmicos. O equipamento deve suportar os protocolos de roteamento RIPv1, RIPv2 e RIPng para criação de pequenos *backbones*.
15. Implementar o protocolo VRRP ou mecanismo similar de redundância de gateway;
16. Implementar roteamento baseado em política (Policy-based Routing);
17. Implementar Equal-Cost Multipath (ECMP) para permitir a criação de múltiplas rotas para o mesmo destino;
18. Deve implementar o protocolo de roteamento multicast PIM-SM (*sparse mode*);
19. Deve possuir IGMP snooping para controle de tráfego de *multicast*;
20. Deve permitir o espelhamento do tráfego de uma porta para outra porta do mesmo switch e outro switch da rede (*port mirroring*);
21. Deve implementar Spanning Tree por vlan e conforme os padrões IEEE 802.1w (Rapid Spanning Tree) e IEEE 802.1s (Multiple Spanning Tree) com filtros BPDU. Deve implementar pelo menos 32 instâncias de Multiple Spanning Tree;
22. Deve possuir priorização de pacotes (QoS) com 8 (oito) filas de prioridade por porta. Deve implementar a classificação de pacotes com base em regras de ACL;
23. Deve possuir autenticação IEEE 802.1x com assinalamento de VLAN por usuário e Guest VLAN para usuários não autenticados. Para usuários sem cliente IEEE 802.1x instalado, deve possuir um portal Web interno ao equipamento para autenticação;
24. Deve possuir autenticação IEEE 802.1x de múltiplos usuários por porta, para o caso de links com switches não gerenciáveis. Apenas o tráfego dos usuários que se autenticarem será permitido;
25. Deve permitir configurar quantos endereços MAC podem ser aprendidos em uma porta e permitir configurar qual ação será tomada quando esta regra for quebrada: alertar ou desativar a porta;
26. Deve permitir a criação de listas de acesso (ACLs), internamente ao equipamento, baseadas em endereço IP de origem, endereço IP de destino, portas TCP e UDP, campo DSCP, campo ToS e dia e hora;
27. Deve permitir a configuração de DHCP Server e DHCP Relay com suporte a múltiplas VLANs simultaneamente;

	<ol style="list-style-type: none"> 28. Deve possuir DHCP Snooping para eliminação de falsos servidores de DHCP; 29. Deve possuir análise do protocolo DHCP e permitir que se crie uma tabela de associação entre endereços IP atribuídos dinamicamente, MAC da máquina que recebeu o endereço e porta física do switch em que se localiza tal MAC, de forma a evitar ataques na rede; 30. Deve responder a pacotes para teste de rede, suportando no mínimo as seguintes operações de teste: TCP connect e UDP echo. Caso o equipamento ofertado não forneça essa funcionalidade, deve ser fornecida ferramenta capaz de prover estas funcionalidades; 31. Deve suportar o protocolo “Network Time Protocol” (NTP) para a sincronização do relógio com outros dispositivos de rede, garantindo a alta efetividade e segurança na troca de mensagens com os servidores de tempo; 32. Deve possuir interface USB para manipulação de arquivos com firmware ou configuração localmente; 33. Deve permitir configuração/administração remota através de SSH e SNMPv3; 34. Deve permitir a configuração automatizada do equipamento através de NETCONF e YANG; 35. Deve permitir a criação de três níveis de administração e configuração do switch. Permitir a autenticação de usuário de gerência em servidor RADIUS e TACACS; 36. Deve implementar tecnologia que colete amostras do fluxo de tráfego (<i>flows</i>) para fornecimento de estatísticas e monitoramento da rede, tal como IPFIX ou Netflow. A coleta deverá ser realizada, no mínimo, para até 60.000 <i>flows</i>; 37. Deve implementar o mecanismo mudança de autorização dinâmica para 802.1x, conhecido como RADIUS CoA (Change of Authorization); 38. Deve implementar a autenticação e criptografia de pacotes conforme o padrão MACSec IEEE 802.1AE com algoritmo AES-128; 39. Deve permitir o envio de mensagens geradas pelo sistema em servidor externo (syslog), indicando a hora exata do acontecimento; 40. Deve suportar o protocolo VTP (Vlan Trunking Protocol) para compartilhamento de VLAN com os switches já existentes neste órgão; 41. Deve suportar o protocolo CDP para descoberta da topologia da rede e de equipamentos vizinhos, compatível com os equipamentos já existentes neste órgão; 42. Deve ser fornecido com fonte de alimentação interna com capacidade para operar em tensões de 110V e 220V com comutação automática. Deve ser fornecido cabo de energia obedecendo o padrão NBR 14136; 43. Deve suportar fonte de alimentação redundante interna ao equipamento; 44. Deve suportar o empilhamento das fontes possibilitando o compartilhamento das fontes entre a pilha de switches; 45. Gabinete padrão para montagem em rack de 19", com altura máxima de 1U, incluindo todos os acessórios para o perfeito funcionamento; 46. Garantia de 36 (trinta e seis) meses com envio de peças/equipamentos de reposição em até 3 dias úteis; 47. Visando atender à padronização que imponha compatibilidade técnica e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas, todos os itens constantes deste grupo devem ser do mesmo fabricante dos equipamentos.
3	<p>Fonte de alimentação para switch tipo 2</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Fonte de alimentação compatível com Switch Tipo 2 deste processo; 2. Deve vir pronta para utilização interna ao equipamento, através de <i>slot</i> dedicado; 3. Deve acompanhar cabo de energia obedecendo o padrão NBR 14136. 4. Visando atender à padronização que imponha compatibilidade técnica e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas, todos os itens constantes deste grupo devem ser do mesmo fabricante dos equipamentos.
4	<p>Switch Tipo 3</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Equipamento tipo switch gigabit ethernet com capacidade de operação em camada 2 do modelo OSI; 2. Deve ser fornecido com 48 (quarenta e oito) portas 10/100/1000Base-T para conexão de cabos de par metálico UTP com conector RJ-45. Deve suportar Auto-MDIX e negociação automática de <i>speed</i> e duplex; 3. Deve prover alimentação PoE+ conforme o padrão IEEE 802.3at permitindo o uso em qualquer uma das 48 (quarenta e oito) portas 1000Base-T, com 375W exclusivos para alimentação PoE, a serem alocados em todas as portas. A alimentação PoE dos dispositivos conectados nas portas deve ser mantida mesmo quando o switch estiver em processo de reinicialização; 4. Deve ser fornecido com 4 slots SFP para conexão de <i>transceivers</i> SFP com fibras ópticas multimodo e monomodo. Estas portas não devem ser do tipo COMBO com as portas do item anterior;

	<ol style="list-style-type: none"> 5. Deve possuir 52 portas ativas simultaneamente; 6. Deve permitir a criação de links agrupados virtualmente (<i>link aggregation</i>) de acordo com o padrão IEEE 802.3ad (Link Aggregation Control Protocol – LACP); 7. Deve possuir porta de console para total gerenciamento local, com conector RS-232, RJ-45 ou USB; 8. Deve possuir capacidade de vazão de pelo menos 77 (setenta e sete) Mpps; 9. Deve possuir tabela para, no mínimo, 8.000 (oito mil) endereços MAC; 10. Deve identificar automaticamente portas em que telefones IP estejam conectados e associá-las automaticamente a VLAN de voz; 11. Deve permitir o espelhamento do tráfego de uma porta para outra porta do mesmo switch (<i>port mirroring</i>); 12. Deve possuir Jumbo Frame de pelo menos 9000 bytes; 13. Deve ser fornecido com capacidade instalada para operar em conformidade com o padrão IEEE 802.1Q para criação de redes virtuais, permitindo a criação de no mínimo 255 VLANs; 14. Permitir a descoberta de outros dispositivos na rede de forma automática através do protocolo LLDP (IEEE 802.1AB) ou semelhantes; 15. Deve possuir IGMP snooping para controle de tráfego de <i>multicast</i>; 16. Deve implementar MLD v1 e v2; 17. Deve implementar Spanning Tree por vlan e conforme os padrões IEEE 802.1w (Rapid Spanning Tree) e IEEE 802.1s (Multiple Spanning Tree). Deve implementar pelo menos 126 instâncias de Spanning Tree; 18. Deve possuir priorização de pacotes (QoS) com 8 (oito) filas de prioridade por porta; 19. Deve possuir autenticação IEEE 802.1x com assinalamento de VLAN por usuário; 20. Deve permitir a criação de listas de acesso (ACLs), internamente ao equipamento, baseadas em endereço IP de origem, endereço IP de destino, portas TCP e UDP e campo DSCP; 21. Deve suportar o protocolo “Simple Network Time Protocol” (SNTP); 22. Deve permitir configuração/administração remota através de SSH e SNMPv3; 23. Deve permitir a criação de três níveis de administração e configuração do switch. Deve permitir a autenticação de usuário de gerência em servidor RADIUS; 24. Deve permitir o envio de mensagens geradas pelo sistema em servidor externo (syslog), indicando a hora exata do acontecimento; 25. Deve possuir suporte ao padrão IEEE 802.3az Energy-Efficient Ethernet que define mecanismos para redução no consumo de energia dos links de rede durante os períodos de baixa utilização; 26. Deve suportar o protocolo VTP (Vlan Trunking Protocol) para compartilhamento de VLAN com os switches marca Cisco já existentes neste órgão; 27. Deve suportar o protocolo CDP (Cisco Discovery Protocol) para descoberta da topologia da rede e de equipamentos vizinhos, compatível com os equipamentos Cisco já existentes neste órgão; 28. Deve ser compatível e homologado para uso dos <i>transceivers</i> do mesmo fabricante que compõem o objeto desta contratação (Itens 5, 6 e 7); 29. Deve ser fornecido com fonte de alimentação com capacidade para operar em tensões de 110V e 220V com comutação automática. Deve ser fornecido cabo de energia; 30. Deve permitir a montagem em rack de 19", com altura máxima de 1U, incluindo todos os acessórios para o perfeito funcionamento; 31. Garantia de 36 (trinta e seis) meses com envio de peças/equipamentos de reposição em até 3 dias úteis; 32. Visando atender à padronização que imponha compatibilidade técnica e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas, os itens constantes deste grupo devem ser do mesmo fabricante dos equipamentos.
5	<p>Módulo Transceiver 1000BASE-SX</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Transceiver SFP para conexão de fibras ópticas multimodo; 2. Deve ser compatível com o padrão 1000BASE-SX para fibras ópticas de até 400 metros; 3. Deve possuir conector LC duplex; 4. Velocidade de 1GbE; 5. Deve ser compatível com os switches que possuem portas SFP deste lote. A comprovação deve ser feita por documento oficial do fabricante disponível para acesso público pela Internet; 6. Visando atender à padronização que imponha compatibilidade técnica e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas, os itens constantes deste grupo devem ser do mesmo fabricante dos equipamentos.
6	<p>Módulo Transceiver 10GBASE-SR</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Transceiver SFP+ para conexão de fibras ópticas multimodo;

	<ol style="list-style-type: none"> 2. Deve ser compatível com o padrão 10GBASE-SR para fibras ópticas de até 400 metros; 3. Deve possuir conector LC duplex; 4. Velocidade de 10GbE; 5. Deve ser compatível com os switches que possuem portas SFP+ deste lote. A comprovação deve ser feita por documento oficial do fabricante disponível para acesso público pela Internet; 6. Visando atender à padronização que imponha compatibilidade técnica e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas, os itens constantes deste grupo devem ser do mesmo fabricante dos equipamentos .
7	<p>Módulo Transceiver 10GBASE-LR</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Transceiver SFP+ para conexão de fibras ópticas monomodo; 2. Deve ser compatível com o padrão 10GBASE-LR para fibras ópticas de até 10km; 3. Deve possuir conector LC duplex; 4. Velocidade de 10GbE; 5. Deve ser compatível com os switches que possuem portas SFP+ deste lote. A comprovação deve ser feita por documento oficial do fabricante disponível para acesso público pela Internet; 6. Visando atender à padronização que imponha compatibilidade técnica e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas, os itens constantes deste grupo devem ser do mesmo fabricante dos equipamentos.

15. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 2.161.297,70

15.1 A planilha de pesquisa de preços (anexo) detalha a formação dos preços por item.

16. Justificativa técnica da escolha da solução

16.1 A presente justificativa tem por objetivo apresentar os motivos técnicos e os benefícios que embasam a escolha da solução de aquisição de switches de rede e transceivers, por meio de Registro de Preços próprio, visando à modernização, ampliação e padronização da infraestrutura de rede da UNILA.

16.2 A solução foi definida a partir de estudos técnicos e planejamento de TIC, considerando os princípios da eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021, bem como nas orientações da IN SGD nº 94/20022.

16.3 Eficácia da Solução

16.3.1 A solução proposta é eficaz porque atende plenamente às necessidades atuais e futuras da infraestrutura de rede da instituição, incluindo:

- Expansão para novos prédios e unidades administrativas;
- Suporte ao aumento de postos de trabalho e dispositivos conectados;
- Melhoria da conectividade, disponibilidade e desempenho da rede institucional.

16.3.2 Os switches e transceivers especificados atendem a requisitos técnicos avançados, como:

- Capacidade de gerenciamento centralizado e monitoramento de rede;
- Recursos de segurança integrada, como VLANs, ACLs e autenticação;
- Suporte a altas taxas de transmissão (1GbE, 10GbE ou superior);
- Integração com infraestrutura de rede existente.

16.4 Eficiência

16.4.1 A aquisição via Registro de Preços próprio garante maior eficiência na execução contratual, permitindo:

- Aquisições parceladas, conforme demanda real e planejamento orçamentário;
- Redução de retrabalho e celeridade nas aquisições futuras;
- Evita a formação de estoques, reduzindo custos com armazenagem e obsolescência tecnológica;

- Otimiza o início da garantia dos equipamentos, que será contado a partir da entrega efetiva.

16.4.2 Do ponto de vista técnico, a eficiência também se materializa por meio de:

- Alta disponibilidade e desempenho da rede, reduzindo incidentes e tempos de inatividade;
- Compatibilidade entre modelos adquiridos, facilitando o gerenciamento e suporte técnico;
- Redução do tempo de implantação e rapidez na substituição de equipamentos críticos.

16.5 Efetividade

16.5.1 A efetividade da solução está relacionada à sua capacidade de gerar resultados concretos e sustentáveis, como:

- Melhoria na qualidade dos serviços prestados pela instituição;
- Suporte técnico adequado às atividades acadêmicas, administrativas e de pesquisa;
- Fortalecimento da infraestrutura tecnológica como pilar estratégico institucional.

16.5.2 A padronização dos equipamentos contribuirá para uma gestão mais eficiente da rede e da equipe técnica, com reflexos diretos na melhoria do atendimento aos usuários internos.

16.6 Economicidade

16.6.1 A economicidade da solução está assegurada por diversos fatores:

- Utilização do Sistema de Registro de Preços, que permite:
- Obtenção de economia de escala;
- Consolidação da demanda, resultando em melhores condições comerciais;
- Flexibilidade para adequar as compras à disponibilidade orçamentária.
- Redução de custos indiretos:
- Menores despesas com manutenção, devido à padronização de modelos e peças;
- Equipamentos com eficiência energética, reduzindo o consumo de energia elétrica;
- Maior durabilidade e ciclo de vida útil estendido, evitando substituições frequentes.

16.7 Benefícios Técnicos Adicionais da Solução

- Performance: switches e transceivers, com capacidades de comutação e encaminhamento adequadas para ambientes de missão crítica;
- Eficiência energética: modelos compatíveis com normas de economia de energia (ex: IEEE 802.3az);
- Facilidade de implementação: interfaces de gerenciamento intuitivas e compatibilidade com protocolos-padrão (SNMP, SSH, etc.);
- Durabilidade: equipamentos com construção robusta, projetados para operação contínua (24x7), com MTBF elevado;
- Garantia e suporte: equipamentos com garantia de 3 anos, assistência técnica local e suporte do fabricante;
- Manutenção: padronização dos modelos facilita a reposição de peças e manutenção corretiva e preventiva.

17. Justificativa econômica da escolha da solução

17.1 A aquisição por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme proposto neste Estudo, permite a contratação dos itens sob demanda, de acordo com a real necessidade do órgão. Tal abordagem evita a formação de estoques físicos de peças sem destinação certa, contribuindo significativamente para o cumprimento do princípio da economicidade na aplicação dos recursos públicos.

17.2 A viabilidade da contratação foi devidamente comprovada por meio deste Estudo, não havendo qualquer óbice, especialmente quanto aos aspectos técnicos dos itens.

17.3 Este ETP atende de forma adequada às demandas de negócio apresentadas. Os benefícios esperados são pertinentes, os custos estimados são compatíveis e caracterizam a economicidade, e os riscos envolvidos mostram-se administráveis.

18. Justificativa para Parcelamento ou Não

18.1 Nos termos do **art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021**, as contratações devem ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, de modo a possibilitar o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampliar a competitividade, sem perda da economia de escala.

18.2 Entretanto, no presente caso, a divisão não se mostra aplicável aos itens, uma vez que estes formam uma **solução de TIC unificada**, cuja plena efetividade depende da integração entre seus componentes. Assim, o agrupamento em lote único é necessário para:

- **Princípio da padronização** (art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021), essencial para a interoperabilidade, manutenção e sustentabilidade da infraestrutura de rede da UNILA;
- Assegurar o fornecimento e a **instalação sincronizada** dos equipamentos e serviços, evitando riscos de incompatibilidade e atrasos decorrentes da fragmentação da execução e também fiel execução do contrato;
- **Eficiência operacional**, pois a ausência de um dos componentes (fonte adicional e transceivers) inviabilizaria ou atrasaria a disponibilização da solução como um todo;
- Obter **economia em escala**, resultante da contratação integrada de produtos correlatos, sem prejuízo à ampla competitividade, visto que o mercado dispõe de fornecedores com capacidade técnica e comercial para atender ao conjunto dos itens.
- Permitir que a **centralização em uma única contratada proporcione melhor controle da fiscalização administrativa, técnica e setorial da UNILA**, além de **aumento da celeridade e eficiência do processo**.

18.3 Dessa forma, o agrupamento em lote único encontra respaldo técnico e legal, garantindo **padronização, economicidade, sincronização da entrega e plena execução contratual**, em conformidade com a legislação vigente.

18.4 Portanto, a decisão de **não parcelar** os itens mencionados está devidamente justificada sob os aspectos **técnicos, legais e econômicos**, alinhando-se às diretrizes da legislação vigente e ao princípio da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração.

19. Justificativa para contratação via SRP

19.1 A opção pelo Registro de Preços próprio para a aquisição de ativos de rede está devidamente fundamentada nos dispositivos legais que regulam o Sistema de Registro de Preços (SRP) na Administração Pública Federal. Essa estratégia proporciona segurança jurídica, eficiência administrativa e flexibilidade orçamentária, sendo compatível com as necessidades institucionais da UNILA.

19.2 A adoção do SRP tem como objetivo viabilizar aquisições parceladas, conforme a demanda efetiva e a disponibilidade orçamentária, promovendo:

- Agilidade no processo de compras;
- Evitação de formação de estoques desnecessários;
- Otimização da vigência da garantia dos equipamentos, com início a partir da efetiva entrega.

19.3 Adicionalmente, a Administração manifesta interesse na possibilidade de prorrogação da vigência da ata, conforme previsto legalmente, a fim de assegurar continuidade e previsibilidade nas futuras contratações.

19.4 Fundamentação Legal

19.4.1. Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos

Os artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 dispõem sobre o Sistema de Registro de Preços (SRP), instituindo-o como modalidade para contratação futura de bens e serviços. Embora a lei não trate expressamente da entrega parcelada ou da execução conforme disponibilidade orçamentária, estabelece a base legal para esse sistema de contratação.

19.4.2. Decreto nº 11.462/2023

Regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito da Administração Pública Federal. Em seu artigo 3º, inciso II, dispõe:

"II – quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida..."

19.4.2.1 Este dispositivo **ampara diretamente a adoção do SRP** para a aquisição dos equipamentos, considerando a necessidade de entregas parceladas e o caráter estratégico da aquisição.

19.4.3 Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos

19.4.3.1 Os **artigos 82 a 86** da Lei nº 14.133/2021 dispõem sobre o Sistema de Registro de Preços (SRP), instituindo-o como modalidade para contratação futura de bens e serviços. Embora a lei não trate expressamente da entrega parcelada ou da execução conforme disponibilidade orçamentária, estabelece a base legal para esse sistema de contratação.

19.4.4 Execução conforme disponibilidade orçamentária

19.4.4.1 Embora não mencionada explicitamente na lei ou decreto, a execução do SRP respeita a disponibilidade orçamentária da Administração, possibilitando aquisições graduais conforme a dotação e necessidade, em conformidade com os princípios da economicidade e eficiência previstos na legislação.

19.4.5. Instruções Normativas e Orientações de TIC

19.4.5.1 Destaca-se a **Instrução Normativa SGD nº 94/22**, que:

- Enfatiza a importância do planejamento prévio;
- Estimula a padronização tecnológica, a economia de escala e a continuidade de serviços.

19.5 Vantagens Operacionais e Estratégicas da Adoção do SRP

- **Entregas fracionadas**, conforme demanda institucional e limites orçamentários;
- **Consolidação de demandas**, com ganhos em escala e condições comerciais mais vantajosas;
- **Padronização tecnológica**, com benefícios em suporte, manutenção e compatibilidade de equipamentos;
- **Gestão otimizada da garantia dos equipamentos**, com início a partir da entrega efetiva;

19.6 Atendimento aos princípios da Lei nº 14.133/2021: **planejamento, economicidade, eficiência, continuidade e transparência**.

19.7 Diante do exposto, a adoção do **Registro de Preços próprio** para aquisição dos equipamentos de rede da UNILA está plenamente **alinhada com a legislação federal vigente**.

19.8A medida assegura **legalidade, eficiência administrativa, flexibilidade na execução orçamentária**, além de **atender às necessidades institucionais de expansão e modernização da infraestrutura tecnológica**

20. Aplicação da Margem de Preferência

20.1 Justificativa para a Não Aplicação da Margem de Preferência (Lei nº 14.133/2021)

20.1.1 A **margem de preferência** prevista nos **arts. 26 a 28 da Lei nº 14.133/2021** visa favorecer bens manufaturados nacionais ou serviços nacionais, desde que tecnicamente justificado e vantajoso para a Administração.

20.1.2 No entanto, após análise da solução de TIC a ser contratada, verifica-se que:

- Os itens são de **tecnologia altamente especializada**, muitas vezes de **origem internacional**, e não há **comprovação de benefício técnico ou econômico** na priorização de produtos nacionais;
- Não há **regulamentação vigente ou ato normativo específico** que defina margem de preferência aplicável aos itens em questão;
- A aplicação da margem de preferência poderia limitar a competitividade e restringir o escopo da solução integrada pretendida.

20.1.3 Adicionalmente, o **Art. 27, §3º da Lei nº 14.133/2021** exige que a adoção da margem de preferência esteja embasada em **estudo técnico prévio**, o qual, no caso, **não identificou vantagem para a Administração**.

20.1.4 Portanto, **não se aplica a margem de preferência**, por **inexistência de fundamento técnico, ausência de regulamentação específica e risco de comprometimento da solução contratada**.

20.2 Justificativa para o Não Aplicação de Tratamento Diferenciado para ME/EPP

20.2.1 Nos termos do disposto na **Lei Complementar nº 123/2006**, em especial o **art. 48, inciso III**, admite-se a **reserva de cota de até 25% do objeto** licitado para a participação exclusiva de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), como forma de incentivo ao desenvolvimento do setor. No entanto, tal benefício **não possui caráter obrigatório**, e pode ser afastado mediante justificativa técnica da Administração.

20.2.2 Nesse sentido, a própria **Lei Complementar nº 123/2006, art. 49, inciso III**, expressamente prevê que:

"Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando: (...) III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado."

20.2.3 No presente caso, a contratação visa à aquisição de uma **solução integrada de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)**, composta por múltiplos itens interdependentes (switches, transceivers), os quais devem obrigatoriamente operar de forma conjunta, padronizada e compatível.

20.3 Natureza Técnica Integrada do Objeto

20.3.1 A solução de rede demanda que os equipamentos sejam plenamente **compatíveis entre si**, inclusive no que se refere à:

- Interface de comunicação entre switches e transceivers;
- Padrões de gerenciamento e atualização de firmware;
- Suporte técnico unificado;
- Garantia de performance, segurança e interoperabilidade.

20.3.2 A fragmentação da contratação entre diferentes fornecedores, ainda que sob o argumento de inclusão de ME/EPP por meio de reserva de cota, implicaria **risco concreto de perda de padronização** e de **comprometimento da execução do objeto** como um todo.

20.3.4 No presente caso, a **reserva de cota para ME/EPP implicaria fragmentação da solução de TIC**, o que geraria:

- **Incompatibilidade técnica** entre os componentes adquiridos de fornecedores distintos;
- **Prejuízo à padronização e interoperabilidade** da rede;
- **Riscos à eficiência da implantação e à integridade da solução**, além de maior complexidade na gestão contratual;
- **Insegurança jurídica** quanto à responsabilidade técnica da solução como um todo.

20.3.5 Com base na **natureza técnica integrada e indivisível da solução de TIC**, nos **riscos associados à fragmentação da contratação**, e na **não comprovação de vantagem para a Administração**, **afasta-se justificadamente a aplicação do tratamento diferenciado para ME/EPP**, conforme previsto:

- **Art. 49, III, da LC nº 123/2006** – quando não houver vantagem ou houver prejuízo ao conjunto do objeto;
- **Art. 40, V, “a”, da Lei nº 14.133/2021** – também determina que o planejamento da contratação observe o princípio da **padronização técnica**, o que **inviabiliza o fracionamento com base em reserva de cota** quando houver risco à compatibilidade ou ao desempenho da solução.
- **Diretrizes da Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos (CNMLC/CGU, maio/2023)** – que orientam para a não aplicação nesses casos de soluções integradas e de alto grau de compatibilidade técnica.

20.3.6 Esta medida visa preservar a eficiência, a segurança contratual, a economicidade e a coerência técnica da solução a ser adquirida, estando em estrita conformidade com a legislação vigente e as melhores práticas de compras públicas.

20.3.7 A **Lei nº 14.133/2021**, em seu **art. 40, V, alínea “a”**,

20.3.8 Dessa forma, **afasta-se a aplicação do tratamento diferenciado para ME/EPP**, em razão da **inviabilidade técnica e operacional**, e **por não representar vantagem para a Administração Pública**, conforme expressamente previsto em lei.

21. Justificativa pra qualificação econômica

201.1 A qualificação econômica é uma segurança para a administração pública, pois empresas sem qualificação econômico-financeira adequada, para a execução do objeto, participando da licitação podem levar à contratação de empresa incapaz de atender a demanda, por falta de sustentar os custos da contratação e com consequente não obtenção do objeto contratado e/ou descumprimento, pela contratada, das obrigações previstas.

22. Benefícios a serem alcançados com a contratação

- Rede corporativa estável e confiável, minimizando interrupções;
- Melhor desempenho da infraestrutura de TI do órgão;

- Possibilidade de expansão futura sem altos custos;
- Redução de custos com manutenção e substituição de equipamentos obsoletos;
- Padronização tecnológica, facilitando suporte, operação e treinamento.

23. Providências a serem Adotadas

23.1 Não se vislumbram necessidades de tomada de providências ou adequações para a solução a ser adquirida.

24. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

24.1. Justificativa da Viabilidade

Diante dos critérios técnicos, operacionais, econômicos e jurídicos avaliados, a solução de Registro de Preços próprio é considerada a mais viável, eficiente e vantajosa para a Administração Pública no contexto da UNILA. A alternativa escolhida assegura o atendimento às necessidades institucionais de forma planejada, padronizada, econômica e juridicamente segura, com reflexos positivos no desempenho da infraestrutura de TIC e na continuidade dos serviços prestados pela Universidade

25. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ARMANDO JULIO FARIAS DA SILVA MORA GUERRA

Integrante Técnico

WEBER SHOITY RESENDE TAKAKI

Integrante Técnico

ELIEZER DE SIQUEIRA

Integrante requisitante

Despacho: Como autoridade máxima da Área de TIC, aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

WILSON VARASCHIN

Autoridade Máxima da Área de TIC substituto



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90038/2025
MODELO – PROPOSTA DE PREÇO

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)				
Item do TR	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Valor Total do Grupo				

Declaramos que garantimos o fornecimento dos bens e serviços sempre que solicitados e no prazo exigido no Termo de Referência, contados a partir do envio/recebimento da “Solicitação de Fornecimento” e/ou Nota de Empenho.

Declaramos que todas as parcelas solicitadas dos bens e serviços atenderão às exigências e especificações do Edital de Pregão Eletrônico N.º 90038/2025, assim como a toda legislação inerente ao fornecimento do(s) mesmo(s).

Declaramos que nos preços consignados em nossa proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

Declaramos que o prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias, contados a partir da presente data.

Declaramos que garantimos a qualidade dos serviços e as quantidades dos bens solicitados, assim com as exigências emanadas dos órgãos competentes no que se refere ao carregamento, transporte e descarregamento dos mesmos.

Indicamos e nomeamos o(a) Sr(a). _____, CPF nº _____, RG nº _____, como nosso(a) representante legal, com competência e autorização para decidir e resolver toda e qualquer solicitação, reclamação e/ou pendências inerentes e durante a execução do objeto contratado, podendo ser contatado pelo(s) telefone(s) (xx) _____

Informamos, abaixo, nossos dados para futuros compromissos, caso nossa empresa seja a vencedora deste certame licitatório.

Razão Social: _____
CNPJ nº _____
Endereço: _____



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

Telefone/Fax:
Correio eletrônico:
Banco:
Agência:
Conta Corrente:
Correio eletrônico:.....

....., de de 2025.

(assinatura)

(nome e cargo do signatário)
CPF:
RG:
CNPJ:
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

**Observação: A proposta de preço deverá ser assinada em papel timbrado com
carimbo da empresa ou por meio de assinatura digital.**



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Processo Administrativo nº 23422.00XXX/2025-XX

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI A UNIVERSIDADE FEDERAL DA
INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA – UNILA E A
EMPRESA**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)**, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº. 3.147, Itaipu B, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 11.806.275/0001-33, neste ato representada pela Reitora, **DIANA ARAUJO PEREIRA**, nomeada pelo Decreto publicado no DOU nº 111, de 14 de junho de 2023, seção 02, pg. 1, portadora da Matrícula Funcional nº ****193****, doravante denominada **Contratante**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado **Contratado**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 23422.002667/2025-48 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de equipamentos ativos de rede para atender as demandas da UNILA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:



**Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da **data de assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE



**Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:



**Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

- 9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
 - 9.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;



**Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.11. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.



**Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

12.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. O Contratante poderá ainda:

12.6.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo Contratado, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.6.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do Contratado decorrentes do contrato.

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja



**Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.5. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



**Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Foz do Iguaçu, Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Foz do Iguaçu/PR, datado e assinado com Certificado Digital.

Representante da contratante

Representante da contratada

Testemunha

Testemunha



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

Minuta padrão da AGU para compras, disponível em:

<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-pregao-e-concorrancia>

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS XXX/XXXX

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90038/2025

Processo Administrativo N.º **23422.002667/2025-48**

A Universidade Federal da Integração Latino- Americana (UNILA), com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 3.147, Itaipu B, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, CEP 85.867-000, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 11.806.275/0001-33, neste ato representado(a) pelo(a) Coordenador de Compras, Contratos e Licitações, Sr. Luis Carlos Pais Gularte, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 38/2025, publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 23422.002667/2025-48, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a aquisição de equipamentos ativos de rede para atender as demandas da UNILA, especificado(s) no Termo de Referência **257/2025**, anexo do edital de Licitação nº **90038/2025**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]								
	X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será **UNIVERSIDADE FEDERAL. DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA, UASG 158658.**

3.2. Além do gerenciador, **NÃO há órgãos** e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

- 4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
- 4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
- 4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

- 4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. 5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
 - 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou no aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

- 11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Foz do Iguaçu, xx de xxxxx de 2025.

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E INFRAESTRUTURA**

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1 / 2024 - PROAGI (10.01.05.20)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Foz Do Iguaçu-PR, 06 de novembro de 2024.

Dispõe sobre as condutas e a dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de Licitar e contratar com a União, decorrentes da prática de infrações cometidas na fase licitatória e definidas no Art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E INFRAESTRUTURA EM EXERCÍCIO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, nomeado pela Portaria nº 603/2024/GR de 17 de junho de 2024, tendo em vista a delegação de competências e o estabelecimento de atribuições pela Portaria nº 283/2020/GR, alterada pela Portaria 502/2022/GR e, considerando o previsto na Lei nº 9.784/1999 e na Lei nº 14.133/2021, RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o regramento para a instauração e instrução dos processos administrativos sancionatórios e para a definição da dosimetria na aplicação da penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a União, decorrente da prática de condutas previstas no Art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cometidas na fase licitatória, no âmbito dos procedimentos licitatórios realizados pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA.

Art. 2º No curso das licitações realizadas no âmbito da UNILA, é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para apuração de responsabilidades e a aplicação de sanções, quando restar comprovada a ocorrência da prática injustificada das condutas tipificadas no Art. 155 da lei 14.133/2021 e abaixo transcritas:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame (Art.155, inciso IV): consideram-se comportamentos que serão enquadrados neste inciso, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

- a) deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
- b) entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- c) fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
- d) deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação ou pregoeiro, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

II - não manter a proposta (Art.155, inciso V): salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado - Constituem comportamentos que serão enquadrados neste inciso, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação:

- a) deixar de atender a convocações do agente de contratação ou pregoeiro durante o trâmite do certame, como encaminhar proposta atualizada; deixar de prestar informações adicionais quanto ao objeto licitado, ou atendê-las de forma insatisfatória;
- b) deixar de encaminhar as amostras solicitadas pelo agente de contratação ou pregoeiro ou às encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório ;

- c) abandonar o certame;
- d) solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (Art.155, inciso VI);

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação (Art.155, inciso VIII) ;

V - fraudar a licitação (Art.155, inciso IX): considera-se a conduta deste inciso como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da UNILA, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do caput deste Artigo.

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (Art.155, inciso X): considera-se a conduta deste inciso como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação.

VII - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação (Art.155, inciso XI)

VIII - praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013 (Art.155, inciso XII).

Art. 3º Para fins de apuração da sanção de Impedimento prevista no inciso III do Art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, cuja competência pela aplicação é do Reitor da UNILA ou a quem ele delegar competência, sua eventual aplicação deverá estar de acordo com as disposições deste Instrumento Normativo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na Lei, quando a licitante:

I - Art. 155, inciso IV: deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 01 (um) mês.

II - Art. 155, inciso V: não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses.

III - Art. 155, inciso VI: não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses.

Parágrafo único. Em relação às condutas previstas nos demais incisos do caput do Art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 (incisos I a III, e VII a XII), a avaliação e o estabelecimento dos critérios de dosimetria da pena prevista no contrato/instrumento convocatório caberá aos fiscais e gestores do contrato/instrumento equivalente, e submetidos a análise da autoridade competente, aplicando-se, no que couber, o disposto neste Instrumento Normativo.

Art. 4º As penalidades previstas no Art. 3º, serão agravadas em 50% (cinquenta por cento) na sua pena-base, para cada agravante, até o limite de 36 (trinta e seis) meses, em decorrência das seguintes situações:

I - quando restar comprovado que o licitante tenha sofrido registro de 3 (três) ou mais penalidades no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do fato que ensejou a abertura do processo sancionatório;

II - quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido no ato convocatório;

III - quando a licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

IV - quando firmada a convicção, no âmbito administrativo, que a licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiária do tratamento diferenciado concedido em legislação específica; ou

V - quando a conduta acarretar prejuízo material grave à UNILA.

Parágrafo único. As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório, se aplicáveis ao caso, também serão majoradas na forma prevista neste Artigo, em especial quando da ocorrência do contido no inciso V.

Art. 5º Quando a conduta da empresa não tenha incidido em qualquer agravante do Art. 4º, as penas previstas no Art. 3º serão reduzidas pela metade, apenas uma vez, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

I - quando restar comprovada a ausência de registro de sanção aplicada à licitante ou à contratada por parte da Administração Pública em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 12 (doze) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pela UNILA.

II - quando a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável, ou de menor repercussão, do licitante;

III - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

IV - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo;

§1º No caso em que o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou contratações ocorridos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade, a sanção será reduzida para ¼ (um quarto).

§ 2º - As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório e/ou contratual, se aplicáveis ao caso, também serão minoradas na forma prevista neste Artigo.

Art. 6º Na aplicação das sanções, compete ao Reitor da UNILA, ou a quem ele delegar tal função, a avaliação e aplicação dos critérios de dosimetria das sanções previstas neste Instrumento Normativo.

Art. 7º No caso do certame conter diversos itens, as penalidades tipificadas nesta Instrução Normativa serão apuradas por item ou grupo, e serão agrupadas e somadas para fins de aplicação da sanção.

Parágrafo único: Quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais grave.

Art. 8º Para a aplicação de qualquer penalidade contratual é imprescindível a prévia instauração do devido processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e ampla defesa.

Art. 9º É dever de todo servidor da UNILA, em especial dos agentes de contratação, fiscais e gestores de contrato, comunicar ao Departamento de Contratos - DECON, acerca da ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possa se amoldar aos tipos infracionais previstos no Art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 1º Além da comunicação de que trata o caput deste Artigo, também é seu dever prestar auxílio e esclarecimentos necessários à instrução do processo administrativo e ao eventual cálculo de multas pecuniárias.

§ 2º Diante da avaliação das circunstâncias do caso concreto, o servidor, agente de contratação ou pregoeiro, fiscal e gestor de contrato poderá justificar o afastamento do dever de comunicação de que trata o caput deste Artigo, quando entender que na prática de alguma conduta prevista no Art. 2º desta normativa estejam presentes as circunstâncias previstas no Art. 5º, sem prejuízo de eventual reavaliação da pertinência da instauração do processo sancionatório por parte da autoridade competente.

§3º O DECON deverá manter em sua página institucional formulário adequado e atualizado para solicitar abertura de procedimento para conduta passível de aplicação de penalidade, disponível em <https://portal.unila.edu.br/proagi/cccl/demandantes-e-area-tecnica/sancoes>.

Art. 10. A partir da comunicação de que trata o caput do Art. 9º desta instrução normativa, cumpre ao DECON realizar a instauração e instrução formal do processo administrativo sancionatório, compreendendo:

I - a apreciação do pedido e condução do processo, visando a produção de provas e esclarecimentos adicionais junto aos demandantes da sanção e ao pretense sancionado;

II - a realização das notificações formais às licitantes e/ou contratadas;

III - o controle dos prazos;

IV - o recebimento e análise das respostas, manifestação e alegações dos investigados;

V - a produção de relatório final conclusivo, ou minuta de decisão apta a ensejar a deliberação da autoridade competente para a aplicação/afastamento da sanção.

Parágrafo único. Caso a conduta que motivou a instauração do processo administrativo sancionatório possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do Art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, o processo administrativo sancionatório deverá ser conduzido por 2 (dois) servidores, devendo ser observadas as formalidades, os procedimentos e os prazos previstos no Art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 11. Após esgotados os recursos administrativos cabíveis, caberá ao DECON adotar as providências necessárias ao registro das sanções aplicadas nos cadastros informados no Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 12. Aplicam-se aos processos administrativos instaurados com base nesta Normativa, no que couber, as disposições da Lei nº 9.784, de 1999, devendo prevalecer os prazos e procedimentos específicos previstos na Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 13. Fica revogada a Instrução Normativa 02/2021/PROAGI, publicada no Boletim de Serviço 54/2021, de 02 de julho de 2021.

Parágrafo único. Permanecem regidos pela Instrução Normativa 02/2021/PROAGI, os processos administrativos sancionatórios instaurados a partir de condutas praticadas em certames e em contratações regidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 14. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

(Assinado digitalmente em 06/11/2024 11:32)

DIOGO ANDRE BASTIAN

PRO-REITOR(A)

PROAGI (10.01.05.20)

Matrícula: 1916477

Processo Associado: 23422.002420/2020-17

Visualize o documento original em <https://sig.unila.edu.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **1**, ano: **2024**, tipo: **INSTRUÇÃO NORMATIVA**, data de emissão:
06/11/2024 e o código de verificação: **c0a76b3961**



Emitido em 06/11/2024

**INSTRUÇÃO NORMATIVA 02/2021 PROAGI/UNILA Nº 1/2024 - CCCL (10.01.05.20.02) Serviço Público
Federal
(Nº do Documento: 1)**

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 13/11/2024 11:11)

GUSTAVO AUGUSTO GONCALVES

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

CCCL (10.01.05.20.02)

Matrícula: ###395#4

Visualize o documento original em <https://sig.unila.edu.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2024**, tipo:
INSTRUÇÃO NORMATIVA 02/2021 PROAGI/UNILA, data de emissão: **13/11/2024** e o código de verificação:
353bdc9bbf



NORMAS INTERNAS Nº 17/2025 - DELIC (10.01.05.20.02.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 11/07/2025 17:33)

ALAN SILVA DE MORAIS

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

DELIC (10.01.05.20.02.01)

Matrícula: ###123#2

Visualize o documento original em <https://sig.unila.edu.br/documentos/> informando seu número: 17, ano: 2025,
tipo: **NORMAS INTERNAS**, data de emissão: 11/07/2025 e o código de verificação: 9b6e772479



NORMAS INTERNAS Nº 28/2025 - DELIC (10.01.05.20.02.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 19/11/2025 16:15)

ALAN SILVA DE MORAIS

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

DELIC (10.01.05.20.02.01)

Matrícula: ###123#2

Visualize o documento original em <https://sig.unila.edu.br/documentos/> informando seu número: 28, ano: 2025, tipo: **NORMAS INTERNAS**, data de emissão: 19/11/2025 e o código de verificação: 7b4d1b26ed